

Semana pode ser decisiva para o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, acusado por empresário, e para o deputado Roberto Jefferson, que pode perder o mandato em votação secreta no Plenário

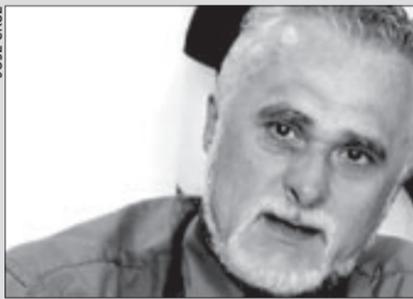
CPIs ouvem Gushiken, Genoino e dona do Rural



ANTÔNIO CRUZ/ABF



CÉLIO AZEVEDO



JOSÉ CRUZ



JOSÉ CRUZ/ABF

Severino deve dar explicações à Câmara, que examina cassação de Roberto Jefferson; Genoino fala à CPI dos Correios, enquanto Gushiken vai à do Mensalão

Conselho de Ética abre processo contra mais 14 deputados

A ação da CPI dos Bingos, vista por seus próprios integrantes

Agência de Valério recebeu por serviço que não prestou

PÁGINAS 3 A 8

JUCA VARELLA/FOLHA IMAGEM



Supostos benefícios para consumidores costumam esconder cobrança de juros embutida no preço final dos produtos vendidos a prazo

Projeto evita que consumidor caia no conto do juro escondido

Aprovado pelo Senado, pode seguir para a Câmara projeto que classifica como prática abusiva a oferta ou a venda de produtos ou serviços mediante pagamento a prazo pelo mesmo preço de à vista. A proposta de Antônio Carlos Valadares foi acolhida em caráter terminativo pela Comissão de Defesa do Consumidor e irá diretamente ao exame dos deputados se não houver recurso.

PÁGINA 9

cidadania

Saiba como utilizar a água de forma racional

PÁGINA 16

Mais facilidade para adquirir casa com FGTS

PÁGINA 2

Marina e Ciro debatem uso de florestas

PÁGINA 10

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 13
FRASES	Página 13
VOZ DO LEITOR	Página 13
CONHEÇA O SENADO	Página 15

Sistema Único de Saúde poderá ter que prestar contas ao Senado

PÁGINA 10

CRISE POLÍTICA Na Câmara, Roberto Jefferson e Carlos Rodrigues podem perder o mandato esta semana

Semana decisiva para Severino



A atenção do Congresso está concentrada no futuro do presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti (PP-PE). Diante da gravidade das denúncias, lideranças partidárias de oposição e da base do governo consideram insustentável sua permanência na Presidência da Câmara e a abertura de processo contra ele no Conselho de Ética é tida como certa. Em entrevista concedida em Nova York na sexta-feira, Severino reafirmou sua inocência e solicitou ao Tribunal de Contas da União e à Polícia Federal apuração rigorosa (veja pág. 6).

Enquanto isso, as CPIs retomam o calendário de depoimentos. A CPI dos Correios vai ouvir Luiz Gushiken. As sub-relatorias ouvirão a presidente do Banco Rural e os donos de empresas com contratos com os Correios que estão sob investigação (veja matéria abaixo).

Já a CPI do Mensalão vai ouvir o ex-presidente do PT José Genoíno,

o deputado Pedro Corrêa (PP-PE) e o ex-chefe de gabinete do deputado José Janene (PP-PR), João Cláudio Genu, que sacou dinheiro do chamado "valerioduto" (veja pág. 6).

Relatórios parciais das CPIs dos Correios sobre contratos da estatal e sobre a movimentação financeira de Valério também devem ser divulgados em breve. O deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) adianta que eles não terão "informações bombásticas", mas servirão para compartilhar informações sobre os trabalhos.

Da mesma forma, os sub-relatores da CPI do Mensalão, deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP) e senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), pretendem apresentar aos colegas de colegiado informações sobre cruzamento de dados recebidos pela comissão.

O Conselho de Ética deve instaurar processos contra mais 14 deputados, com a chegada ao conselho do relatório das CPIs sobre parlamentares que receberam recursos do "valerioduto" (veja pág. 6). No Plenário da Câmara, o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) vai se defender do parecer do



Serraglio (E), Alvaro e Delcídio (D): CPI dos Correios e sub-relatorias retomam depoimentos

Conselho de Ética que concluiu pela sua cassação, enquanto o deputado Carlos Rodrigues (sem partido-RJ) deve renunciar ao mandato (veja pág. 6).

Agenda de depoimentos da CPI dos Correios

Terça-feira — 13/09	Sub-Relatoria Contratos - Ouve, às 14h, três dirigentes da Skymaster: João Marcos Pozzetti, Américo Proietti e Hugo César Gonçalves. Às 17h, presta depoimento Mauro Dutra, presidente da Novadata.
	Sub-Relatoria Fontes Financeiras - Ouve a presidente do Banco Rural, Kátia Rabello, às 14h.
Quarta-feira — 14/09	Luiz Gushiken, ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom), depõe às 10h.
Quinta-feira — 15/09	Reunião administrativa, às 10h, com previsão de entrega de relatórios parciais.
Terça-feira — 20/09	Sub-Relatoria Contratos - Ouve o ex-diretor de Operações dos Correios, Maurício Madureira, às 14h; e dirigentes da companhia aérea Beta, às 17h.
	Sub-Relatoria Fontes Financeiras - Ouve o presidente do Banco BMG, Ricardo Guimarães, às 14h; e o sócio de Marcos Valério, Rogério Tolentino, às 17h.
Quarta-feira — 21/09	O banqueiro Daniel Dantas, do Opportunity, depõe às 10h.
Quinta-feira — 22/09	Reunião administrativa, às 10h.

O que eles terão de explicar à comissão

Luiz Gushiken, ex-ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom)

► A Secom foi acusada de interferir indevidamente na escolha das agências de publicidade, em benefício das empresas dos publicitários Duda Mendonça e Marcos Valério.

► Gushiken seria um dos membros do governo que coordenavam as indicações dos cargos públicos, especialmente as chefias dos fundos de pensão das estatais, sob suspeita de tráfico de influência pela CPI dos Correios.

► A empresa de consultoria na área de previdência de que Gushiken foi sócio, a Globalprev, fechou diversos contratos com fundos de pensão estatais depois que Lula assumiu o governo.

► A sede da Globalprev funciona em um imóvel da família de Gushiken.

Kátia Rabello, presidente do Banco Rural

► O banco emprestou mais de R\$ 29 milhões às empresas de Marcos Valério. O empresário, no entanto, não apresentou garantias satisfatórias de que tinha como quitar a dívida. Parlamentares acreditam que os empréstimos foram uma manobra para ocultar a origem do dinheiro.

► O banco recebeu grandes investimentos dos fundos de pensão das estatais.

► O Rural não alertou o Banco Central sobre os altos saques em dinheiro e a movimentação suspeita das contas de Valério, como prevê a lei de lavagem de dinheiro.

► A Polícia Federal apontou possíveis fraudes em dados repassados pelo Rural à CPI.

► O banco já tinha sido investigado pela CPI do Banestado, acusado de envio ilegal de dinheiro ao exterior.



Gushiken terá de explicar contratos de publicidade do governo federal

Dirigentes da Skymaster e da Novadata

► Os contratos das duas empresas com os Correios estão sob suspeita de superfaturamento. Os editais podem ter sido direcionados.

► De acordo com a Controladoria Geral da União (CGU), a Novadata Sistemas foi contratada sem licitação por dois meses, ao custo de R\$ 2 milhões.

► A CGU também chegou à conclusão de que a Skymaster recebeu R\$ 7 milhões a mais por causa de superfaturamentos e reajustes indevidos.

Agência de Valério recebeu por serviço não prestado

O Tribunal de Contas da União (TCU) detectou que a agência SMP&B, de Marcos Valério, recebeu R\$ 61 mil indevidamente dos Correios. O valor é pequeno diante da verba de publicidade da empresa, R\$ 90 milhões, mas refere-se apenas aos patrocínios da estatal ao Fórum Social Mundial, à Feira Transnacional 2004 e ao 8º Encontro Internacional de Negócios do Nordeste, todos intermediados pela agência de Valério.

O TCU ainda se debruça sobre as contas das campanhas publicitárias dos Correios e de outros órgãos da administração pública. A maior suspeita sobre o contrato de Valério na estatal diz respeito ao fato de ele ter recebido um aumento de 25%, poucos dias antes do encerramento do contrato.

De acordo com o presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), os relatórios parciais que serão divulgados na quinta já vão trazer a análise dos contratos das agências de Valério.

— A CPI está examinando os contratos de 36 empresas. A análise sobre as agências de publicidade devem

— fazer parte desses primeiros relatórios parciais — informou Delcídio.

Entre as fraudes, os auditores do TCU encontraram pagamentos à SMP&B por serviços que não foram prestados, sobrepreço nos valores cobrados pela agência, além de subcontratações irregulares e cobranças de despesas proibidas pelo contrato firmado com os Correios.

O relator do processo, ministro Ubiratan Aguiar, alerta ainda para a possibilidade de crime fiscal, que será comunicado à Receita Federal. São citados como responsáveis no processo os ex-diretores de Administração dos Correios Gabriel Fadel e Antônio Osório, o ex-presidente da empresa Luiz Henrique de Sousa e o ex-chefe do Departamento de Marketing e atual diretor comercial, José Otaviano Pereira.

Auditoria no Seguro Postal e IRB

As auditorias do TCU também encontraram irregularidades nos contratos da Solução Integrada de Automação do Seguro Postal (Siasp) e em investimentos realizados pelo Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).

A licitação do Seguro Postal, de acordo com o TCU, foi conduzida para privilegiar a empresa *e-commerce*, vencedora de contrato de R\$ 6,7 milhões, já que seria a única a cumprir

certas exigências. A auditoria do TCU ainda constatou "coincidências entre as irregularidades encontradas no procedimento licitatório e as prá-

ticas descritas pelo ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material Maurício Marinho, na gravação que serviu de base para as denúncias de corrupção".

No que diz respeito ao IRB, a auditoria apontou prejuízos de R\$ 240 milhões nos investimentos feitos pela empresa no exterior, o que sugere, no mínimo, má administração da estatal.

CRISE POLÍTICA Integrantes da comissão de inquérito opinam sobre os principais aspectos das investigações

Senadores analisam a CPI dos Bingos

Em seu terceiro mês de trabalho, a CPI dos Bingos ainda tem pela frente depoimentos polêmicos a serem tomados, além do amplo cruzamento de dados e informações obtidos na quebra de sigilos bancários, telefônicos e fiscais. O *Jornal do Senado* reuniu opiniões dos senadores membros do colegiado, que analisaram diferentes aspectos de informações obtidas em mais de 20 depoimentos, entre testemunhas e investigados. Com um relatório parcial previsto para o final do mês, a CPI dos Bingos começa a fechar o cerco sobre os envolvidos no uso ilícito de jogos no país. Para isso, já foi aprovada a realização de uma megacareação - inédita no Senado - entre os principais personagens dos casos de propinas, envolvendo membros do



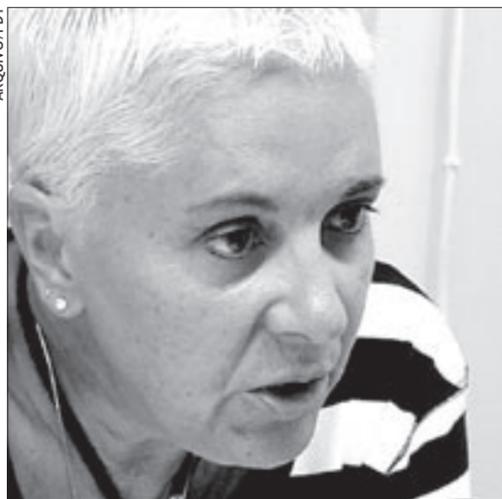
governo, Caixa Econômica Federal, Gtech, Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj), prefeituras de São Paulo e empresários. Com o término da CPI marcado para 26 de outubro, já se fala em prorrogar os trabalhos da comissão. Na semana passada, foram analisados documentos reunidos em mais de 30 caixas e, por decisão do Supremo Tribunal Federal, foi suspensa a decisão de quebra de sigilo da juíza Máisa Costa Giudice, responsável pelo exame das ações da Gtech na Justiça Federal. Nesta terça-feira, serão ouvidos a radialista e ex-deputada federal pelo Rio Cidinha Campos e o jornalista Mino Pedrosa. Também está prevista a votação de requerimento para convocar o ministro Antonio Palocci.

JS - Diante dos fatos apurados, depoimentos realizados e documentos recebidos, que posições serão tomadas de agora em diante pela CPI?

Efraim Morais (PFL-PB), presidente da CPI - A comissão está no ritmo normal que foi traçado pelo relator e por mim, presidente. Caminhamos exatamente para a conclusão no que diz respeito ao envolvimento da Gtech com a Caixa e com os lobistas que se aproximaram do governo federal. Fomos buscar pessoas que estavam totalmente esquecidas pela opinião pública, até porque interessava ao governo fazer essa blindagem. Não se ouvia falar mais em Waldomiro Diniz, Carlos Cachoeira, Rogério Buratti e, depois que vieram à CPI, já tivemos indiciamentos e prisão. Estamos avançando para descobrir a máfia dos jogos, tanto no que diz respeito à utilização de recursos públicos quanto no envolvimento com o crime organizado.

JS - Se o sr. fosse escrever hoje um pré-relatório, que conclusões iria explicitar?

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), relator da CPI - Eu me daria no caso Gtech para registrar os prejuízos causados à Caixa e ao erário pelos contratos firmados. Faria um relato, em termos dos jogos, mas ainda precisamos aprofundar essa questão. E, por último, faria uma seleção de nomes de pessoas que já poderiam ser encaminhados ao Ministério Público, entre elas algumas que já foram indiciadas ou estão sendo investigadas, como Waldomiro Diniz, Carlos Cachoeira e Rogério Buratti. Cabe à CPI analisar outros nomes que podem ser acrescentados nessa lista, no que toca ao tráfico de influência e utilização do dinheiro dos jogos para caixa dois e para atividades até mesmo criminosas. Acho que



Radialista Cidinha Campos depõe na terça. Convocação de Antonio Palocci ainda aguarda votação

havia dois esquemas: um comandado por Waldomiro e outro por Buratti, conforme indícios. E esses indícios nos levam a crer que o esquema de Waldomiro avançou mais que o de Buratti, apesar de sua ligação com Ralf Barquete, que era assessor especial da presidência da Caixa.

JS - Como o sr. analisa o envolvimento da Gtech nesse processo de renovação de contratos com a Caixa? Houve má-fé?

Tião Viana (PT-AC) - A Gtech é uma empresa multinacional que tem uma importância muito grande do ponto de vista da sua força financeira no cenário internacional e no Brasil, onde monopoliza essa relação de jogos formais junto à Caixa. É uma empresa que fere a Lei 8.666 (Lei de Licitações Públicas), porque desde 1997 não temos um processo licitatório para venda desses serviços ao governo, via Caixa. Há denúncias de irregularidades feitas pelo Tribunal de Contas da União; há uma manifestação do atual presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Edson Vidigal, mostrando danos graves ao erário na relação contratual

entre a Gtech e a Caixa em períodos anteriores ao governo atual e, ao mesmo tempo, há uma ação de improbidade administrativa do Ministério Público Federal contra essa relação que é julgada perniciososa aos interesses da sociedade brasileira. Então, não há dúvida que é uma empresa que tem dívidas éticas com a sociedade e com o Estado brasileiro.

JS - Sendo a Caixa subordinada ao Ministério da Fazenda, é possível que o ministro Antonio Palocci não tivesse conhecimento das negociações que se faziam em torno da renovação do contrato com a Gtech?

Flávio Arns (PT-PR) - Como foi debatido na CPI, é fundamental que a aprovação do contrato seja feita pelo Conselho Diretor, pela presidência da Caixa. Se foi discutido pelo Ministério da Fazenda, não sabemos. Pode ter sido. O ministro pode ter contribuído com alguma informação. O importante é que as decisões sejam tomadas de maneira fundamentada. O que não podemos admitir é algum tipo de insinuação de que haveria desvio de conduta por parte do ministério, ou do mi-

nistro, em função da renovação do contrato com a Gtech, mesmo tendo a empresa participado do contrato com a Caixa durante sete anos, no governo anterior e neste governo, sem um processo de licitação, ao arrepio de todos os pareceres jurídicos da Caixa.

JS - O sr. é autor do requerimento que convoca o ministro da Fazenda Antonio Palocci. Em que aspectos é importante a presença dele na CPI?

Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) - Ainda permanecem dúvidas sobre o envolvimento do ministro Palocci. Não existe ninguém convocável ou não-convocável. Nesse sentido, é uma oportunidade para ele vir aqui. E só a presença dele é que vai nos permitir elucidar essa contradição de informações e fatos. Ele afirma uma coisa e alguns depoentes dizem outra. Precisamos tirar a limpo essa história. Juscelino Dourado comprometeu ainda mais o ministro ao declarar que ele desconhecia fatos de extrema relevância do seu domínio administrativo. Para mim, há um envolvimento sério do ministro nessa questão.

JS - O pedido de demissão de Juscelino Dourado da chefia de gabinete do Ministério da Fazenda, um dia após depor na CPI dos Bingos, significa que ele caiu em contradição na defesa do ministro Palocci, feita durante a audiência na comissão de inquérito?

Leonel Pavan (PSDB-SC) - A demissão de Juscelino Dourado aconteceu em função de ele não ter conseguido responder todas as perguntas na CPI dos Bingos. Outra questão é que ele tem o Buratti como grande amigo e é fiel ao Palocci. Juscelino não conseguia incriminar o Buratti e nem conseguia defender totalmente o Palocci. Ele queria servir a dois senhores ao mesmo tempo, o que não conseguiu. Seu depoimento foi uma sessão cívica de mentiras. Juscelino entrou em contradições profundas. Mas, apesar disso, acho que ainda é cedo para convocarmos o ministro Antonio Palocci.

JS - Em seu segundo depoimento, logo após sua prisão, Rogério Buratti apresentou uma nova versão, apontando o ministro Palocci em esquema de propina no município de Ribeirão Preto e afirmando que a Gtech teria oferecido dinheiro para o ministério. O depoente trouxe a verdade neste último depoimento?

Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) - Não é uma questão de ter trazido ou não a verdade. É uma testemunha que disse claramente o que aconteceu. O difícil é deixar de acreditar em um ex-assessor de ministro que falou tão claro. É importante dar crédito à testemunha se o depoimento dela está coerente com o restante das provas. É o caso das irregularidades, da corrupção nas prefeituras do estado de São Paulo, inclusive Ribeirão Preto. São fatos já comprovados. Por isso, achei muito forte seu depoimento.



Efraim Morais



Garibaldi Alves Filho



Tião Viana



Flávio Arns



Mesquita Júnior



Leonel Pavan

CRISE POLÍTICA Parlamentares apontam necessidade de aprofundar investigação sobre os jogos de azar no país



Juvêncio da Fonseca



Tasso Jereissati



Mozarildo Cavalcanti



Romeu Tuma



Leomar Quintanilha

Envolvimento do governo divide opiniões



JS – Rogério Buratti disse que houve acordo para que o “grupo do Rio”, comandado por Waldomiro Diniz, participasse dos estudos para a regulamentação da Lei dos Bingos e da renovação do contrato com a Gtech. Isso pode ter acontecido?

Tasso Jereissati (PSDB-CE) – Essa é toda a questão, porque havia um projeto de lei aqui [no Senado] que beneficiava tremendamente o jogo, regulamentava o bingo. Esse era um projeto feito pelo PT e isso é uma coincidência muito grande. Buratti disse que houve uma doação grande por parte do jogo do Rio de Janeiro e de São Paulo e isso, aparentemente, envolvia o compromisso de regularização dos bingos e outros benelplácitos pelo governo.

JS – Diante de tudo o que já foi apurado, a que conclusões se chega quanto à ligação entre corrupção e bingos no país?

Romeu Tuma (PFL-SP) – Estamos mais convencidos do esquema de corrupção que foi formado. Ainda não entramos claramente na questão dos jogos. Precisamos apurar a acusação de Rogério Buratti de que R\$ 1 milhão teria sido arrecadado com as casas de bingos em São Paulo e outro R\$ 1 milhão no Rio, o que, na verdade, deve ser muito mais. Como há denúncias de que o esquema dos bingos continua funcionando no país, apesar da proibição legal, estamos fazendo alguns requerimentos para convocar as pessoas que realmente estão comandando esse tipo de atividade ilícita.

JS – Waldomiro Diniz aparece em fita pedindo propina ao empresário de jogos Carlos Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Desde então, sua única punição foi a exoneração do cargo de subchefe de assessoria parlamentar da Casa Civil. O governo foi leniente na punição de Waldomiro diante

do fato?

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) – Não tenho conhecimento se o governo adotou outro tipo de providência, se abriu inquérito interno. Mas acredito que o governo deve ter feito algo com vistas a estabelecer algum tipo de punição. Com relação ao caso Gtech, só as investigações poderão apontar quem são os responsáveis, em maior ou menor grau. Nesse sentido, a CPI tem seguido o rumo certo nas apurações.

JS – A CPI dos Bingos atinge diretamente o governo?

Valdir Raupp (PMDB-RO) – O fato de ter um ex-funcionário, no caso Waldomiro Diniz, en-

da Barcelona. De que forma eles podem ajudar a elucidar fatos relacionados a bingos?

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) – Todos os dois estiveram metidos em problemas financeiros da campanha do presidente da República e de muitos parlamentares, e ambos ajudaram o presidente e parlamentares, inclusive com relação a recursos de jogos, entre os quais o bingo. Conseqüentemente, Paulo Okamoto e Toninho da Barcelona só poderão trazer elementos importantes para as investigações. Daí porque estou satisfeito de tê-los convocado e acho que vamos ter êxito. Por isso, eles precisam ser chamados

cialmente entre esses principais personagens. As mentiras são pegadas nos depoimentos, além da confrontação dos documentos apresentados e das próprias auditorias feitas por todos os tribunais em suas alçadas.

JS – A afirmação de João Francisco Daniel, irmão de Celso Daniel, de que Gilberto Carvalho entregava dinheiro de propina levantada em Santo André nas mãos de José Dirceu torna necessária a oitiva dos dois petistas pela CPI?

Sibá Machado (PT-AC) – Não, porque a onda de denunciamento sem comprovação está virando uma coisa escandalosa. Eu ando

JS – As CPIs estão conseguindo interagir entre si e com os órgãos de investigação para que haja aproveitamento das informações já apuradas?

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), vice-presidente da CPI – A comissão parlamentar de inquérito é um órgão de máxima importância, que atinge a maior finalidade do Legislativo, justamente a de fiscalizar a aplicação do dinheiro público e os seus desvios, que são inúmeros. É necessário, assim, que as CPIs se entendam bem, já que existem fatos que são comuns às três. Devemos aproveitar este momento para irmos a fundo e fazermos a limpeza mais perfeita que possa haver, inclusive mudando a legislação, que, muitas vezes, impede o Ministério Público de averiguar adequadamente. Deveria haver agora, mais do que nunca, interação dos Poderes Legislativo e Executivo com a Polícia Federal e o Ministério Público, para que juntos pudéssemos, realmente, fazer uma verdadeira Operação Mãos Limpas no país.

JS – O sr. é o autor do requerimento que pediu a instalação da CPI dos Bingos, inicialmente engavetada, mas, depois, instalada por decisão do Supremo Tribunal Federal. A comissão tem cumprido seus objetivos?

Magno Malta (PL-ES) – A CPI tem cumprido até certo ponto seu objetivo. Mas é preciso tomar muito cuidado, porque CPI tem fato determinado. Quando escrevi o requerimento com a justificativa, pedi uma comissão para investigar a jogatina e a contravenção do jogo no Brasil. Mas algumas convocações que estão sendo feitas não se justificam porque não estão dentro do fato determinado, e tenho muita preocupação com relação a isso. Se não for respeitado o fato, qualquer advogado recém-formado derruba tudo o que está sendo feito na CPI dos Bingos. É preciso, sim, convocar pessoas envolvidas com bingo, caça-níqueis, outras jogatinas e contravenções.



Integrantes da CPI assistem ao vídeo com denúncia de pedido de propina de Waldomiro a Cachoeira

volvido nesta denúncia, ainda não comprovada, com o empresário Carlinhos Cachoeira, de forma indireta acaba afetando o governo. Todo e qualquer servidor público que venha a cometer ato ilícito, de certa forma atinge o governo. Mas não é o caso, como colocam os parlamentares da oposição, de querer chegar ao presidente da República. Até o momento, não há qualquer envolvimento que possa comprometer Luiz Inácio Lula da Silva.

JS – O sr. é autor dos requerimentos mais polêmicos na CPI dos Bingos, entre eles o de convocar Paulo Okamoto e Toninho

antes do término dos trabalhos da comissão de inquérito.

JS – Diante da total contradição entre os principais personagens, a realização de uma megacareação com Waldomiro Diniz, Carlos Cachoeira, Rogério Buratti, Marcelo Rovai e Enrico Gianelli, já aprovada, poderá mostrar com sucesso quem diz a verdade e quem mente?

Luiz Otávio (PMDB-PA) – Será uma oportunidade muito boa para a CPI avaliar todos os depoimentos dos implicados e daqueles que já foram convidados para prestar esclarecimento. É uma chance que vamos ter de poder fazer a acareação, espe-

cialmente entre esses principais personagens. Não meu entendimento, não precisamos convocar os dois até que tenha algum fato comprobatório. João Francisco Daniel é uma pessoa que nunca gostou do Partido dos Trabalhadores e foi à CPI para criar mais problemas, além dos que já existem. Nunca na história do PT eu havia escutado o nome desse cidadão, que agora afirma que tinha uma certa intimidade com o partido. Nesse caso, eu gostaria que primeiro a Polícia Federal e o Ministério Público pudessem dizer qual o grau de comprovação da denúncia. A CPI dos Bingos não tem nada a ver com Santo André e está se metendo onde não é chamada.



Valdir Raupp



Antonio Carlos Magalhães



Luiz Otávio



Sibá Machado



Magno Malta

CRISE POLÍTICA Ex-presidente do PT foi apontado como um dos articuladores de pagamento de mesada a deputados

CPI do Mensalão ouve José Genoíno



A CPI do Mensalão ouve nesta terça-feira o ex-presidente do PT José Genoíno. Ex-deputado federal, Genoíno foi apontado pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) como um dos articuladores do "mensalão". Mais tarde, diante da confirmação de que teria avalizado empréstimos das empresas de Marcos Valério para o PT, Genoíno pediu afastamento da presidência do partido.

Para agravar a situação, um assessor do irmão de Genoíno, o deputado estadual cearense José Nobre (PT), foi flagrado no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, com uma mochila e a cueca cheias de dinheiro. Pairam ainda suspeitas sobre a campanha de Genoíno para o governo de São Paulo, depois que o publicitário Duda Mendonça admitiu ter recebido dinheiro de caixa dois do PT em conta nas Bahamas como parte de pagamento dos serviços prestados na campanha paulista.

Na quarta, a comissão toma

depoimentos do deputado Pedro Corrêa (PP-PE), um dos 18 deputados apontados como "cassáveis" pelo relatório encaminhado à Câmara dos Deputados, e do ex-chefe de gabinete do deputado José Janene (PP-PR), João Cláudio Genu. Ele foi indicado por Marcos Valério como a pessoa que recebia dinheiro do "valerioduto" pelo PP, fato confirmado por Genu no depoimento que prestou à Polícia Federal.

Além disso, o relator, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), anuncia a divulgação de um relatório parcial dos seus trabalhos. O documento será resultado do cruzamento de informações da Receita Federal, das companhias telefônicas, do Banco do Brasil, do Banco Central e de bancos privados, como o Rural e o BMG.

Já chegaram à CPI justificativas, por escrito, que foram solicitadas às 31 pessoas identificadas como sacadoras do dinheiro das contas de Marcos Valério. Segundo Abi-Ackel, dessa forma,

será possível saber com maior precisão quem recebeu dinheiro das empresas do publicitário.

Os sub-relatores da comissão, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), têm trabalhado com a equipe de consultores do Tribunal de Contas da União (TCU), do Banco Central e do próprio Senado na montagem de um banco de dados com esses

documentos. Eles buscam um cruzamento de informações que leve a conclusões concretas.

O banco de dados, também utilizado pela CPI dos

Serão argüidos ainda Pedro Corrêa e ex-assessor de José Janene

Correios, contém ainda informações de fundos de pensão que tiveram sigilos quebrados pelas comissões.

Abi-Ackel informou que, numa próxima fase, a CPI do Mensalão poderá contratar uma empresa especializada em análise de documentos e auditorias para certificar a validade das provas identificadas pela equipe da comissão de inquérito.



Líderes dos partidos de oposição se reuniram para discutir crise aberta pelas denúncias contra o presidente da Câmara

Partidos aguardam as explicações de Severino

Diante da possibilidade de afastamento do presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti (PP-PE), governo e oposição já procuram um substituto para o cargo. O PT, maior bancada da Casa, quer restabelecer o equilíbrio de poder perdido com a eleição de Severino. Além disso, o governo tem interesse na Presidência da Câmara para evitar que a Casa aceite um eventual pedido de *impeachment* contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Caso Severino se licencie da Presidência, o vice-presidente da Casa, deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL), assume o cargo até que o futuro de Severino seja decidido, seja pela renúncia, seja pelo Conselho de Ética.

Enquanto o Planalto gostaria de ver o líder do governo, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), na Presidência da Câmara, a oposição já sinalizou que apenas aceitaria um petista com mais independência com relação ao governo. Dessa forma, nomes como os dos deputados Sigmaringa Seixas (PT-DF) e José Eduardo Cardozo (PT-SP) aparecem como prováveis subs-

titutos para Severino.

Severino volta à Câmara segunda-feira pressionado para responder as denúncias do empresário Sebastião Augusto Buaní, que confirmou o pagamento de R\$ 128 mil ao presidente da Câmara em troca da renovação do contrato de restaurantes da rede Fiorella na Casa.

Depois de passar uma semana em Nova York, Severino prometeu dar mais explicações. No Congresso, especula-se que o presidente da Câmara pode responder às acusações feitas contra si atacando outros parlamentares. Como esteve na Mesa da Câmara por muito tempo, Severino saberia de pessoas empregadas em gabinetes apadrinhadas por deputados, entre outros privilégios.

Também nesta semana, é possível que a crise gere a segunda baixa na Câmara, a do deputado Carlos Rodrigues (sem partido-RJ). Um dos beneficiários do "valerioduto", ele teria decidido renunciar ao mandato antes da abertura de processo de cassação contra ele no Conselho de Ética, o que deve acontecer nos próximos dias.

Mais 14 processos vão para o Conselho de Ética

O Conselho de Ética da Câmara deve instaurar esta semana 14 novos processos contra deputados. Os nomes fazem parte do relatório das CPIs já encaminhado à Mesa da Câmara. O corregedor da Casa, Ciro Nogueira (PP-PI), avisou que encaminhará o relatório ao conselho na terça-feira.

O relatório pede a abertura de processo contra 18 deputados, quatro deles já sob investigação – Sandro Mabel (PL-GO), Romeu Queiroz (PTB-MG), José Dirceu (PT-SP) e Roberto Jefferson (PTB-RJ).

Pelo menos um dos 14, Carlos Rodrigues (sem partido-RJ), deve renunciar ao mandato para evitar a perda de direitos políticos no caso de cassação. Isso só é possível antes da abertura do processo.

Nunca tantos processos tramitaram ao mesmo tempo na Câmara. O relator de cada inquérito deve ser de partido e estado diferentes do acusado.

Na terça ou quarta, o Plenário vota o pedido de cassação de Roberto Jefferson, já aprovado no conselho. Para que o mandato do petebista seja cassado, serão necessários os votos de, no mínimo, 257 deputados, em votação secreta.

Antes disso, a Comissão de Constituição, Justiça e de Redação (CCJ) da Casa vota o recurso em que o petebista argumenta que não teve direito de defesa e pede a anulação do processo. Mas o relator na CCJ, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), deve manter a decisão do Conselho de Ética.



Abi-Ackel (E) e Lando, relator e presidente da CPI do Mensalão: relatório parcial sai esta semana

Dirceu pede para depor na CPI; Delcídio sugere defesa na Câmara

Os advogados do deputado José Dirceu (PT-SP), um dos citados no relatório das comissões de inquérito que será analisado pelo Conselho de Ética da Câmara, apresentaram à CPI dos Correios um recurso de 45 páginas em que o ex-ministro da Casa Civil contesta a inclusão do seu nome entre os 18 deputados "cassáveis" das CPIs.

O documento sustenta que o relator da comissão agiu de forma parcial, só recorrendo a trechos dos depoimentos de testemunhas que sustentavam que o deputado seria culpado. Segundo o advogado de José Dirceu, José Luís Oliveira Lima,

a CPI deveria ter promovido o contraditório, e, como não o fez, o relatório final se mostra tendencioso.

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), comentou que José Dirceu terá a oportunidade que deseja para se defender no Conselho de Ética da Câmara. Ele ressaltou que a CPI solicitou e Dirceu apresentou defesa escrita à comissão antes da votação do relatório.

Para o sub-relator de Movimento Financeira, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), a iniciativa do deputado não passa de uma "tentativa de criar um

fato novo".

– O que a CPI tinha de fazer, já fez. Ele já não está mais sendo julgado pela CPI e só deve explicações ao Conselho de Ética da Câmara – afirmou o deputado, que também faz parte do conselho.

Dirceu apresentou ainda requerimento para ser ouvido pela CPI dos Correios. Delcídio disse que o pedido vai ser analisado na reunião administrativa desta quinta-feira. A convocação do deputado já havia sido aprovada, mas os parlamentares ainda não marcaram o depoimento. Dirceu pode ser ouvido nas próximas semanas pela CPI dos Bingos.

CRISE POLÍTICA Senador pede ao Itamaraty que casse uso da Ordem do Rio Branco pelo presidente da Câmara

FOTOS: ROSEWELT PINHEIRO



Segundo Arthur Virgílio, estatuto da Ordem do Rio Branco prevê suspensão em caso de “prática contrária à honra nacional”

Virgílio quer suspender medalha de Severino



O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), encaminhou requerimento ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, solicitando a suspensão do direito de uso da medalha da Ordem do Rio Branco concedida ao presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti. O pedido foi motivado por denúncia, divulgada pela imprensa, de que Severino teria recebido propina mensal de R\$ 10 mil em 2003, supostamente paga pelo empresá-

rio Sebastião Buani, interessado em continuar operando uma rede de restaurantes e lanchonetes instalada na Câmara.

Arthur Virgílio argumentou que, com base no estatuto da Ordem do Rio Branco, se a acusação contra o presidente da Câmara for confirmada, estará justificada a suspensão de uso da comenda. Conforme observou, esse regulamento admite a medida em caso de prática contrária à honra nacional, circunstância na qual a denúncia contra o deputado Severino Cavalcanti se enquadraria.

O senador afirmou que costumava manter uma relação

cordial e amistosa com Severino Cavalcanti, mas considerou que, após esse episódio, o deputado deve se afastar do comando da Câmara. Essa iniciativa seria necessária, na sua opinião, para não tumultuar o processo de investigação contra os 18 parlamentares acusados, até o momento, de atos de corrupção. O líder tucano contestou ainda suspeita levantada por Severino de que o PSDB e o PFL estariam por trás dessa denúncia.

– Isso é algo que motiva o PSDB a entrar com uma representação para que ele explique essa leviandade – adiantou.

Heloísa Helena critica Lula por projeto neoliberal

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) criticou o pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Dia da Independência.

– Não agüento mais ver o presidente legitimar a verborragia do projeto neoliberal. Tudo que nós passamos condenando durante anos hoje se divulga como se fosse o melhor projeto. E isso vai desde a entrega de parte importante das riquezas

nacionais ao capital financeiro até a absoluta irresponsabilidade na utilização dos recursos públicos. Não há verbas para creches, segurança pública ou investimentos em infra-estrutura que dinamizariam a economia. Mas há dinheiro para banqueiros e para políticos safados – declarou Heloísa, que reiterou sua crença no envolvimento de Lula nos atuais escândalos de corrupção.

Motta rechaça comparação com Juscelino Kubitschek

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) afirmou que Lula errou ao se comparar ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, dizendo-se “artífice de uma grande obra que estaria sendo construída no país”. Na avaliação do senador, ambos teriam o mesmo ideal e amor à pátria, porém Juscelino era um gerente que cuidava do país

com competência, citando obras como usinas elétricas, fábricas de automóveis, siderúrgicas e outras grandes indústrias, além de quase todas as estradas que o Brasil tem atualmente.

– Há uma enorme diferença para um presidente que não consegue encontrar o seu caminho – resumiu o senador capixaba.

Simon diz que Lula terá de reconhecer seus erros

Ao se referir às comemorações da Independência, ocorridas na quarta-feira, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu aos brasileiros que cumpram seu papel – ainda que cabisbaixos, devido aos inúmeros escândalos de corrupção envolvendo o governo federal e o Legislativo – para oferecer ao país um futuro melhor.

– Vamos todos nós de cabeça baixa, não uns mais baixos do que os outros, mantendo a altura do horizonte para nos respeitarmos reciprocamente, olho no olho, neste 7 de Setembro, jurar à nossa pátria que faremos o nosso papel. Lula vai ter que abaixar a cabeça e reconhecer os erros. O PSDB não está assim tão por cima, porque o governo do senhor Fernando Henrique Cardoso não foi lá tão grande coisa para

dizer que é o dono da verdade – disse o representante gaúcho, em pronunciamento na terça-feira.

Senador faz apelo por reforma partidária

Simon alertou os deputados para o risco de o projeto de reforma partidária, que permitirá redução dos gastos de campanha e eleições mais humanizadas, ficar parado na Câmara dos Deputados e não ser aprovado a tempo para fazer valer as novas regras já para o próximo pleito.

Falando sobre a dignidade e o caráter do povo brasileiro simples, Simon mencionou projeto de sua autoria assegurando que toda emissora de televisão no país crie programas voltados para o engrandecimento da sociedade brasileira.

Renan afirma que denúncias estão sendo investigadas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que as denúncias contra o deputado Severino Cavalcanti serão investigadas pela Polícia Federal e a Corregedoria da Câmara. Renan observou que este é o procedimento normal de qualquer investigação.

– Faço questão de não comentar o dia-a-dia da investigação para manter a minha isenção, como presidente do Congresso. Não entendo que esse caso seja diferente. O próprio presidente Severino Cavalcanti pediu que tudo fosse investigado pela Polícia Federal e a Corregedoria da Câmara. As instituições estão funcionando e logo teremos uma resposta.

Essa entrevista foi concedida por Renan logo depois de sua palestra no seminário internacional “Propostas para um Novo Modelo de Persecução Criminal – Combate à Impunidade”, promovido pelo Conselho de Justiça Federal e presidido pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Edson Vidigal.

Afastamento é pouco, alerta senador tucano

Se ficar comprovado que o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, recebeu propina do restaurante Fiorella, terá que haver instauração de processo para a cassação de seu mandato, defendeu o senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Embora a oposição peça o afastamento de Severino Cavalcanti do cargo, o senador entende que esta medida não é suficiente.

– A situação se agravou a tal ponto que há que se adotar medidas mais rigorosas, ou estaremos justificando a generalização, em todo o país, de que o Congresso

é uma vergonha – disse.

Para Alvaro Dias, as duas notas divulgadas por Severino, em menos de 48 horas, “não esclarecem as denúncias e nem permitem acreditar na inocência do presidente da Câmara e, no caso da inocência, na conseqüente irresponsabilidade do denunciante, o empresário Sebastião Augusto Buani”.

Em aparte o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), atribuiu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao PT a responsabilidade pela eleição de Severino Cavalcanti à Presidência da Câmara.

Para ACM, deputado não deveria ter sido eleito

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) fez duras críticas ao presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, acusado de receber propina de um empresário. Para ele, “Severino não poderia ser um bom presidente, pois nunca foi um bom deputado”.

Ele lamentou que parte da oposição, inclusive parlamentares do seu partido, tenha votado em Severino. Eles pretendiam impor uma derrota ao governo, mas esses parlamentares derrotaram a instituição, disse.

Antonio Carlos advertiu que a atenção da opinião pública não

pode ser desviada da crise política que atinge o governo para as denúncias contra Severino Cavalcanti.

O senador também criticou o pronunciamento do presidente da República no Dia da Independência, pois ele não tratou do tema que mais interessa à nação, a crise política.

– O presidente disse que o país não ia perder o rumo. Mas nesses dois anos e meio de governo, o país não teve rumo. Conseqüentemente, não pode perdê-lo. Mas vai continuar sem rumo – assinou o senador.

Heráclito defende investigação completa de fundos de pensão

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) manifestou na terça-feira sua expectativa de que as comissões parlamentares de inquérito investiguem a relação dos fundos de pensão de empresas estatais e fundos de investimento de bancos privados que deram grandes prejuízos. Ele repudiou a acusação de que estaria defendendo o proprietário do Banco Opportunity e afirmou que quer investigar todos os envolvidos.

– Não aceito que o PT tente desviar os fatos desqualificando as pessoas. Já fez demais isso. Agora basta. O que eu quero é a

verdade, porque está em jogo o patrimônio dos aposentados do Banco do Brasil. Quero que todos sejam ouvidos: Sérgio Ricardo Rosa, presidente do Previ; Daniel Dantas, do Opportunity; e o presidente do Citibank, Gustavo Marin – afirmou.

Segundo Heráclito, o governo e o Partido dos Trabalhadores (PT) estariam armando um “acordão” para evitar o depoimento do presidente do Citibank, já aprovado nas CPIs dos Correios e do Mensalão. O senador lembrou que o banco norte-americano responde a processos judiciais



Para Heráclito, governo e PT tramam para evitar depoimento de presidente do Citibank

em vários países justamente por proteger fortunas de governantes corruptos.

CRISE POLÍTICA Pesquisa aponta queda na credibilidade dos políticos e estudantes vão ao Congresso pedir punições

Para Mão Santa, PT fere imagem dos políticos



O senador Mão Santa (PMDB-PI) comentou pesquisa divulgada pela revista *Carta Capital* segundo a qual só 8% dos entrevistados acreditam nos políticos. A classe de maior credibilidade é a dos médicos, seguida dos jornais, com 73%. Mão Santa afirmou que o Partido dos Trabalhadores tem parte da culpa nos baixos índices de popularidade dos políticos.

– A pesquisa exige dos políticos uma reflexão. Essa baixa po-

pularidade se deve em parte aos escândalos do PT – lamentou.

O senador disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva precisa de um conselheiro “de grande respeitabilidade” e recomendou o nome do ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso. Mão Santa lembrou que, nos 15 anos em que foi ministro do Planejamento, nas décadas de 70 e 80, nunca houve um fato que desabonasse sua dignidade. O senador leu trecho de artigo do ex-ministro publicado no jornal *Gazeta Mercantil*, em que adverte que, “se não houver reformas, logo mais novas crises virão”.



Protesto de alunos do Colégio Galois, de Brasília: manifesto exige punição dos culpados

Diante do Congresso, estudantes cobram ética na política

Para cobrar ética na política, avanço nas investigações das CPIs que apuram denúncias de corrupção e punição dos envolvidos, alunos do Colégio Galois, da rede privada de Brasília, realizaram manifestação no gramado em frente ao Congresso Nacional.

Cerca de 900 jovens das 1ª e 2ª séries do ensino médio participaram do ato, acompanhados por professores e coordenadores do colégio. Os alunos foram recebidos junto à rampa do Congresso

pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF) e pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).

Ao senador, os estudantes entregaram manifestos dirigidos ao presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), com elogios, palavras de estímulo e cobranças aos membros da comissão.

“Não deixe que o medo abafe a esperança de justa condenação dos culpados”, pedem os jovens brasilienses em um dos manifestos entregues ao senador,

que prometeu encaminhá-los ao presidente da CPI.

O ato marcou a conclusão de atividades pedagógicas iniciadas com o acompanhamento dos trabalhos das CPIs e debates em torno dos fatos investigados. Sob a orientação do professor de Literatura Daniel Farias, os alunos decidiram dar consequência prática ao trabalho, sintetizando as discussões travadas pelas diversas equipes nos 117 manifestos que vão chegar às mãos de Delcídio Amaral.



Mão Santa comenta pesquisa da revista *Carta Capital* em que a classe política aparece com baixíssimo índice de credibilidade

Paim: brasileiro ainda acredita no Parlamento

Paulo Paim (PT-RS) disse na sexta-feira que as mensagens de um professor gaúcho recebidas por seu gabinete simbolizam a esperança que todos os brasileiros ainda têm no Parlamento e na democracia, apesar da decepção com a crise atual. Em *e-mail*, o professor universitário e geólogo Paulo César Neves faz referências à trajetória parlamentar de Paim e opina sobre a atual crise política enfrentada pelo país.

– Ele acredita no processo democrático. Neste momento difícil, há uma tendência de renovação do Congresso em mais de 70%. Lá fora, milhões e milhões de brasileiros acreditam na democracia – observou Paim.

Iris defende "choque de sinceridade"

Iris de Araújo (PMDB-GO) afirmou que o Brasil precisa passar por um “choque de sinceridade” para que possa vencer o desafio ético imposto pela crise político-partidária. Para a senadora, após ter tomado conhecimento das várias denúncias de corrupção, o país nunca mais será o mesmo. Por isso, deverá adotar uma nova postura.

Iris de Araújo anunciou projeto de lei de sua autoria para a criação do “Senado Itinerante”, cujo público-alvo, além da população, seriam prefeitos, vereadores e segmentos organizados da sociedade.

Paulo Octávio lê manifesto e elogia iniciativa de alunos

Paulo Octávio (PFL-DF) saudou a manifestação e leu, em Plenário, um dos 117 manifestos elaborados pelos alunos do Colégio Galois. Em síntese, os estudantes cobram rigor na apuração das denúncias de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores, o governo Lula e parlamentares aliados, e a punição dos culpados.

No texto lido em Plenário, os alunos do Colégio Galois afirmam que o Congresso Nacional tem a cara do povo antes de ser a expressão dos partidos políticos. Eles ponderam que, embora vários líderes políticos tenham apresentado vícios de caráter, o individualismo, a corrupção e o cinismo não são características do povo brasileiro.

Em aparte, Demostenes Torres (PFL-GO) se disse comovido ao ver estudantes atuarem em prol de sua formação política. Apesar de lamentar o momento difícil enfrentado pelo Parlamento, o senador demonstrou confiança de que uma limpeza será feita em seus quadros e as adversidades serão superadas.

Heloísa: só pressão popular evitará pizza

Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que “só a pressão do povo” poderá evitar que as denúncias de corrupção envolvendo “o governo e o Congresso” acabem sem punição. A senadora sustentou que a corrupção que ocupa as páginas dos jornais e revistas se deve não apenas ao Parlamento, mas também ao governo. Ela acusou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de “não ter feito uma investigação sequer” sobre as denúncias de que havia corrupção no governo Fernando Henrique Cardoso.

– É conversa mole dizer que o principal é manter a governabilidade. Isso é conversa para que as investigações não sejam profundas, o que permitirá que alguns escapem. É inadmissível dizer que se deve tomar cuidado com as investigações para que a estabilidade econômica não seja arranhada – protestou Heloísa, dizendo lamentar que muitos deputados e senadores das CPIs tenham “viajado para descansar, depois de dois meses de trabalho”.

Menos de um mês para reforma política

Para que tenha validade nas eleições gerais de 2006, qualquer modificação na atual legislação eleitoral tem que entrar em vigor até o dia 30 de setembro. As eleições deverão ser realizadas no primeiro domingo de outubro, dia 2. A data é fixada pela lei eleitoral (Lei 9.504/97) e o prazo é determinado pelo artigo 16 da Constituição.

As atenções para o cumprimento desse prazo se voltam especialmente para a Câmara

dos Deputados. É para lá que foi encaminhado no dia 1º deste mês projeto aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) e relatado pelo senador José Jorge (PFL-PE), a proposta reduz o tempo de campanha eleitoral de 90 para 60 dias; simplifica os programas de televisão; aumenta as penas para as infrações à lei eleitoral; proíbe a boca-de-urna; e exige dos

partidos políticos a divulgação de sua movimentação financeira por meio da Internet.

Tramita, também na Câmara, projeto de reforma política elaborado por uma comissão especial formada por deputados e já aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça. A proposta determina financiamento público das campanhas eleitorais, listas partidárias dos candidatos e limites ao funcionamento dos pequenos partidos.

João Ribeiro reassume mandato

João Ribeiro (PL-TO) reassumiu na segunda-feira sua cadeira no Senado, após 121 dias de licença-saúde. Ele elogiou a atuação do suplente, Nezinho Alencar, e disse estar entusiasmado com seu retorno ao Parlamento.

O senador aproveitou a oportunidade para elogiar a chamada minirreforma eleitoral (PLS 275/05) aprovada pelo Senado e enviada à Câmara dos Deputados no dia 1º.

João Ribeiro pediu que a Câmara

dos Deputados também aprove o projeto. Para ele, a lei proporcionará um “enxugamento de gastos e do *marketing* das eleições”. O senador também clamou por uma reforma eleitoral mais ampla para o Brasil.

Em aparte, Marco Maciel (PFL-PE) elogiou o discurso e apelou para que a Câmara aprove rapidamente a minirreforma eleitoral. A proposta “melhora muito o processo eleitoral brasileiro; é um avanço”, afirmou Marco Maciel.

CONSUMIDOR Senado aprova projeto que proíbe a venda de produtos à vista pelo mesmo preço de a prazo

Reforço na luta contra os juros escondidos



A Câmara dos Deputados deve receber, esta semana, um projeto já aprovado pelo Senado que classifica como prática abusiva, pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), a oferta ou a venda de produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo mesmo preço de à vista. O PLS 191/05, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), só não seguirá para análise dos deputados até o dia 15 caso requerimento assinado por no mínimo nove senadores solicite votação também em Plenário.

Para entidades como o Procon-DF e o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), paga pelo juro quem compra a prazo e, também, quem compra à vista e não recebe desconto algum por isso. Para os lojistas, o projeto interfere nas relações entre vendedor e consumidor e é de difícil aplicação prática, como acredita a Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Para Valadares, o mérito da pro-

posta está no fato de retirar do consumidor a responsabilidade exclusiva de impedir essa prática, como prevê a legislação em vigor, quando estabelece que compete ao comprador “pedir desconto” no pagamento à vista.

– A população pobre que compra uma geladeira, um fogão, um aparelho de som se submete, sem pestanejar, a tal situação, justamente porque está em nível vertical de negociação,

ou porque precisa de bens básicos e úteis. O pior é que, no final, os consumidores “compraram” uma geladeira e meia ou às vezes até duas geladeiras – assinala o autor do projeto.

Nem o Código de Defesa do Consumidor consegue, nesse caso, ser o instrumento de equilíbrio nas relações comprador-vendedor, afirma Valadares. Com base na Lei de Defesa da Concorrência (8.884/94), que condena a “ven-



Valadares: consumidor compra uma geladeira, mas paga o preço de duas

da casada”, o senador incluiu no projeto punições de até um ano de detenção, além de multa, para quem tentar impor, ainda que de forma sutil, a “compra do financiamento como condição para aquisição da mercadoria”.

– Ao comprar o bem ou serviço desejado, o consumidor assume o pagamento de juros a uma taxa em geral desconhecida, e sobre a qual não lhe é dada oportunidade de refletir. Tal procedimento tem a mesma natureza das práticas abusivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor, e das infrações penais contempladas na Lei de Defesa da Concorrência – observa Valadares.



Exigência de desconto para preço à vista pode não ter eficácia, alerta gerente do Idec

Artifício restringe direitos do comprador

Segundo advertem órgãos de defesa do consumidor, a intermediação financeira para a aquisição de um bem durável tornou-se prática comercial de baixo risco e alta rentabilidade, graças ao “artifício mercadológico” que restringe o direito do comprador de escolher livremente a forma de pagamento.

– O lojista costuma dizer que não está cobrando juros de quem paga à vista, mas abrindo mão dos juros de quem paga a prazo. Isso não é verdade. Nenhuma empresa abre mão de cobrir seus custos financeiros. Na prática, é o comprador à vista que está sendo ludibriado – assegura Maria Dagmar, diretora do Procon-DF.

Para Marcos Diegues, do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), com sede em São Paulo, a proposta do senador Antônio Carlos Valadares pode ser mais um instrumento na luta contra tais práticas abusivas. Mas ele manifesta sua discordância em relação à previsão inserida no projeto de pena de prisão para quem desobedecer às futuras normas.

– Corre-se o risco de colocar na cadeia um pequeno comerciante honesto que eventualmente cometeu essa conduta, convivendo com criminosos de muito maior periculosidade. Prefiro as penas

alternativas e restritivas de direito previstas no próprio Código de Defesa do Consumidor.

Ele salienta também que o dispositivo que obriga a concessão de desconto, previsto no projeto, além de já figurar (“com outras palavras”) no Código de Defesa do Consumidor, pode não ter a eficácia desejada, já que não estabelece valores. Assim, os comerciantes que desejarem burlar a lei poderiam oferecer um desconto apenas pró-forma ou irrisório.

CNC critica interferência nas relações comerciais

Para Carlos Tadeu de Freitas, da Confederação Nacional do Comércio (CNC), preocupa no projeto a tentativa de interferir nas relações entre vendedor e comprador, fixando preço para a mercadoria.

– O consumidor pode e deve pedir desconto para o pagamento à vista. É natural que faça isso. Mas fixar preço é incorreto e difícil de se implementar.

Empresas se financiam às custas do consumidor

Foi por uma razão muito prática que os comerciantes (principalmente as grandes lojas e os sites de comércio eletrônico) decidiram partir para essa prática unanimemente considerada abusiva pelos economistas e entidades de proteção ao consumidor. É o que revela o professor de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná Luiz Afonso Caprilhone.

– Como o mercado financeiro não está remunerando tanto quanto as expectativas dos aplicadores – hoje, obter uma taxa de 1% ao mês já é difícil –, as empresas capitalizadas “forçam” a venda a prazo, pois podem embutir juros superiores, como pode ser constatado no rodapé de anúncios veiculados diariamente nos jornais de grande circulação (superiores até a 4%, em que pese o risco de inadimplência, etc.) – explica Caprilhone.

Felipe de Souza Peñaloza, engenheiro civil com especialização em gestão empresarial e ex-professor da Universidade de Brasília (UnB), identifica outras ameaças aos direitos dos consumidores, além das patrocinadas pelo comércio.

– A prática é generalizada

não só no comércio varejista, mas também nos governos estaduais e municipais. Tentei pagar o IPTU e o IPVA em uma única parcela, ao invés de seis e três, respectivamente, e não me foi possível obter desconto. Será que ninguém despertou para o malefício que isso traz à sociedade, quando impõe o desequilíbrio nas relações contratuais entre consumidores dispostos a pagar à vista e empresas que nada mais são do que financeiras disfarçadas? – indaga o professor.

Vice-presidente da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) e autor do *Guia dos Juros – Entenda de Economia como Você Entende de Futebol*, lançado há três anos em parceria com o jornalista Vicente de Paulo Teixeira, o economista Miguel Ribeiro de Oliveira é taxativo.

– Não existe venda a prazo sem juros. Nada de pagar à vista o que está anunciado em três vezes sem juros e não pedir um desconto de no mínimo 5%. Ou pagar à vista o que se diz ser em seis vezes sem juros e não obter uma redução de 10% a 15% – propõe o economista.

Venda casada caracterizaria a prática abusiva pelo lojista

Prática quase tão antiga quanto o próprio comércio – na Idade Média surgiram as figuras dos “títulos de crédito” –, as vendas a prazo pressupõem a respectiva remuneração para o empresário que concede o crédito para o comprador. O consumidor pode levar para casa seu produto, usando o capital do próprio vendedor, que em troca pelo “empréstimo” recebe juros sobre o valor total. Nada de errado na cobrança, quando o consumidor precisa e quer o crédito para realizar sua compra.

– É como se o comerciante dissesse: “Eu te empresto dinheiro para comprar hoje e você me paga depois, porém mais caro, porque eu quero uma remuneração pelo empréstimo” – ensina Lucíola Nerilo, professora de Direito Comercial da Universidade Federal de Santa Catarina.

Ao verificar a vantagem em

vender a mercadoria e o crédito ao consumidor desavisado, muitas empresas convencionam que o preço é igual para ser pago à vista ou em parcelas mensais. Para Lucíola Nerilo, o mérito da questão não comporta polêmicas.

– Ao dizer que não haverá distinção entre o valor pago à vista e o valor parcelado, o fornecedor está “estimulando” o consumidor a realizar a compra a prazo. Verifica-se então a ocorrência de uma venda casada, pois quem paga à vista não está comprando só a mercadoria, mas também um crédito que ele não precisava. Quando alguém é obrigado a comprar pagando o bem ou serviço adquirido juntamente com o crédito embutido e imposto pelo fornecedor, está configurada a prática abusiva prevista no Código de Defesa do Consumidor.

Evite as armadilhas

Juros – O problema das compras a prazo é que, disfarçada naquelas “suaves prestações mensais”, pode estar uma taxa de juros astronômica. Por isso, você sempre deve comparar o total a prazo com o preço à vista. Quanto maior o número de prestações, mais caro fica o preço final. Para dar um exemplo, com juros de 10% ao mês, um produto comprado em 24 prestações terá custado, ao final do pagamento, 2,5 vezes seu preço à vista.

A prazo ou à vista – Cuidado: nem sempre a menor taxa de juros é a melhor compra. Lojas que oferecem pagamento em “x vezes sem juros” já embutiram a taxa no preço inicial do produto. Por isso, a mercadoria nesses locais acaba saindo normalmente mais cara. Outro problema é que, na maioria dos casos, nem sempre a taxa de juros informada é efetiva-

mente aplicada. Na verdade, nem sempre ela é sequer informada.



Maiores informações

Idec São Paulo: www.idec.org.br
Procon-DF: www.procon.df.gov.br
Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça: www.justica.gov.br/DPDC/default.htm

COMISSÕES

Marina e Ciro debatem exploração de florestas

As formas de gestão de florestas públicas (PLC 62/05) serão discutidas nesta terça-feira em audiência pública conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE). Serão ouvidos o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

O projeto do Executivo foi amplamente discutido no governo e conta com o apoio das organizações não-governamentais. Mas o relator da matéria na CCJ, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), anunciou que vai propor a realização de outras audiências públicas para que os governadores dos estados localizados na Amazônia Legal possam ser ouvidos. Além disso, Mozarildo defende que o projeto passe pelo crivo da Comissão de Relações Exteriores e Segurança Nacional, já que a exploração de madeira deverá atingir a faixa de fronteira.

A ministra Marina Silva e as ONGs defendem a aprovação do texto já aprovado pela Câmara, que está sendo discutido em regime de urgência, por considerarem que a aprovação de planos de manejo a serem executados pela iniciativa privada, ao lado



Jefferson Péres é relator na CAE do projeto de concessão a empresas privadas

de projetos de assentamento agro-extrativista, poderão diminuir a ação de grileiros e de madeiros ilegais na região.

O projeto de gestão de florestas na Amazônia foi enviado pelo governo ao Congresso após o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, no começo do ano, vítima de grileiros de terra no Pará. O chamado "pacote verde" é defendido pelo consultor jurídico do Instituto Socioambiental (ISA), André Lima.

– Enquanto não se definem regras para a extração de madeira, temos informações de que áreas de florestas manejadas, de indústrias de madeira certificada, estão sendo invadidas por madeiros

ilegais”, alertou Lima. Assim como a ministra, ele avalia que a adoção de regras claras irá diminuir a exploração descontrolada de madeira na região.

Já Mozarildo defende normas mais transparentes que afastem qualquer ameaça à “soberania da Amazônia”. De acordo com ele, ainda que a lei venha a restringir a concessão da exploração a empresas brasileiras, “há o perigo da criação de instituições de fachada para atender a interesses internacionais”. O senador também discorda da criação do Instituto Nacional de Florestas, proposto no projeto de lei.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), relatora do projeto na CMA, é favorável ao texto já aprovado na Câmara. Na CAE, o relator da matéria é o senador Jefferson Péres (PDT-AM).

O texto determina a concessão pelo período de 40 anos de áreas de floresta para a exploração por empresas que ganham o direito de uso da terra por meio de licitação. Destina também áreas das florestas para reservas ecológicas e para a utilização das comunidades locais, em projetos agroextrativistas.

Cadastro de bons pagadores deve ser votado na quarta-feira

Melhorar a qualidade de informações dos arquivos de crédito, divulgando dados sobre os bons pagadores, é objetivo de projeto de lei do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que cria um cadastro positivo nos sistemas de proteção ao crédito (PLS 263/04). A proposta recebeu substitutivo do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e deve ser votada nesta quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Tourinho quer mudar o conteúdo dos arquivos de crédito, que hoje só avisam se consta ou não informação negativa sobre a pessoa pesquisada. Segundo o senador, o projeto “contribuirá para aumentar a segurança na concessão de crédito e para diminuir as taxas de juros”.

A proposta altera a Lei 8.078/90 para determinar que, no fornecimento de produtos que envolvam

outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor informará aos sistemas de proteção ao crédito, para formação de cadastro positivo, as características e o adimplemento das obrigações.

O substitutivo de Garibaldi prevê que a prestação de dados para o cadastro positivo dependerá de autorização do consumidor, que poderá revogá-la a qualquer momento.

A pauta da próxima reunião da CCJ também inclui deliberação sobre o PLS 148/03, que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em condições de consumo imediato em postos de gasolina. A proposta, com decisão terminativa na comissão, é do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), que sugere multa de 20

salários mínimos para quem não cumprir a determinação.

O relator, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), considera a medida da maior relevância para melhorar a segurança no trânsito. Mas esclarece que a proibição restringe-se à venda para consumo no local, não atingindo aqueles que compram bebidas para consumo em sua própria residência.

A CCJ deve analisar ainda substitutivo do senador Demostenes Torres (PFL-GO) a proposta de emenda à Constituição do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que dispõe sobre a transferência das atribuições dos tribunais e conselhos de contas dos municípios para os tribunais de contas dos estados (PEC 36/99).

Objetivo é aumentar a segurança na concessão de crédito

ORÇAMENTO - Projeto que destina ao Ministério da Defesa crédito suplementar de R\$ 530,3 milhões para o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) e para a aquisição e modernização de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB), entre outras finalidades, deverá ser votado nesta terça-feira pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Outras operações de abertura de crédito ao Orçamento da União deverão ser analisadas na mesma reunião, marcada para as 14h30.

MERCOSUL - A cooperação para o combate ao tráfico de aeronaves envolvidas em atividades com o contrabando e o narcotráfico está prevista em acordo firmado por Brasil e Uruguai que será analisado, na quinta-feira, às 9h, em reunião da Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. O documento abre a possibilidade de diversas atividades conjuntas, como intercâmbio de informações e controle de tráfego de aviões.

Saúde poderá passar a prestar contas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deverá votar nesta semana projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que determina ao Ministério da Saúde o envio, à Câmara e ao Senado, de um relatório trimestral sobre a atuação do Sistema Único de Saúde (SUS). A proposta (PLS 71/03) altera a Lei 8.689/93, estendendo à esfera nacional a medida já adotada pelo Executivo em relação às assembleias legislativas e às câmaras municipais.

O relatório trimestral deverá conter informações sobre o montante e as fontes de recursos, auditorias e oferta e produção de serviços na rede assistencial do SUS. A matéria terá decisão terminativa na CAS.

Também está em pauta o substitutivo do senador Demostenes Torres (PFL-GO) ao PLS 154/02, de autoria do senador Alvaro Dias (PSDB-PR). A proposta altera a Lei 8.213/91, que concede aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais, ampliando de 15 para 30 anos, a contar da data de publicação daquela lei, o prazo para que o trabalhador rural requeira aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo.

O autor reconheceu as dificuldades do homem do campo de providenciar a comprovação do exercício da atividade rural e garantir os benefícios da lei. O projeto também será analisado em caráter terminativo.

A CAS analisa ainda o PLS 63/02, do ex-senador Carlos Bezerra, que dispõe sobre a criação de juntas e do Conselho de Recursos Fiscais do Trabalho. Também estão em pauta as emendas de Plenário ao PLS 226/04, do senador Luiz Otávio (PMDB-PA), que pretende regulamentar as profissões de Enólogo e Técnico em Enologia.



Projeto de Tião Viana determina que ministério envie informações ao Congresso

Projeto de lei define atribuições do Dnit

O Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) deverá assumir suas atribuições de órgão executivo rodoviário, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, passando a fiscalizar o trânsito, autuar, aplicar penalidades, notificar e arrecadar multas em todo o sistema rodoviário federal. Projeto com esse objetivo está na pauta de terça-feira da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), em decisão terminativa. A proposta (PLS 112/05) é do ex-senador Francisco Pereira (PL-ES) e tem parecer favorável do relator, senador Paulo Paim (PT-RS).

O projeto procura resolver conflitos de competência gerados por atribuição indevida à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O autor res-

salta que as agências ocupam-se de serviços de infra-estrutura de transporte passíveis de outorga, nas formas de concessão, permissão ou autorização. “Isso demonstra a pouca afinidade da ANTT com o poder de polícia de trânsito, afinal trata-se de poder de que ela não dispõe, tampouco necessita dele para o cumprimento de seu papel”, diz.

Consta também da pauta da CI o PLS 91/04, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que proíbe a cobrança de assinatura básica pelas prestadoras de serviço telefônico fixo e móvel. O relator, senador Delcídio Amaral (PT-MS), apresentou parecer pedindo audiência sobre o assunto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

CPI da Emigração fará reunião em Poços de Caldas

A CPI da Emigração Ilegal fará audiências públicas em Poços de Caldas (MG) nos dias 15 e 16, quinta e sexta-feira. O objetivo é colher dados sobre a entrada ilegal de brasileiros no exterior com autoridades, estudiosos e moradores do município, apontado como um dos principais fornecedores de mão-de-obra para países como Estados Unidos e México. A audiência de quinta-feira está prevista para as 14h30, no Palace Hotel. Na sexta, os parlamentares deverão participar de reunião reservada.

Convergência nos meios de comunicação

Audiência pública com a finalidade de debater o tema “Convergência Tecnológica dos Meios de Comunicação” está prevista para esta segunda-feira, às 10h30.

Convergência tecnológica é uma expressão que define a utilização de uma mesma plataforma de telecomunicações para transporte de diferentes serviços, como telefonia, vídeo, música e Internet.

O evento é promovido pelo Conselho de Comunicação Social – órgão auxiliar do Congresso Nacional.

PLENÁRIO

País cresce apesar da crise política, diz Ideli

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que, apesar da crise política, os números do crescimento econômico que o país vem apresentando, especialmente os divulgados nos últimos dias, são positivos.

Ela ressaltou que os investimentos na economia brasileira cresceram 8,6% entre julho de 2004 e junho de 2005 – o dobro do crescimento do produto interno bruto (PIB) no mesmo período –, com perspectivas de aumento neste segundo semestre.

Outro dado importante destacado pela senadora foi o crescimento da compra de máquinas, “um indicador significativo, já que nenhum empreendedor

investe em maquinário se não tem perspectivas de ampliar a sua produção”.

Os dados indicam que o desempenho final do Finame, fundo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o financiamento de máquinas para a indústria, chegou a quase R\$ 1 bilhão em agosto, 38% a mais que no mesmo mês de 2004.

– Esses dois números são bastante elucidativos da retomada do crescimento. Em meio à crise política, é importante observar que ações de governo foram absolutamente necessárias e suficientes para que pudéssemos ter resultados como esses – salientou Ideli.

Tourinho critica governo por recuo em redução de imposto

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) afirmou na sexta-feira que o governo Lula cometeu uma “trapalhada” ao anunciar que a redução da alíquota máxima do Imposto de Renda de 27,5% para 25%, prevista, a princípio, para vigorar a partir de janeiro do próximo ano, teria sido um engano.

A promessa da redução foi feita na semana passada, mas uma nota conjunta dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão atribuiu o anúncio a um “equí-

voco” do próprio governo, de acordo com matéria publicada no jornal *Correio Braziliense* e lida pelo senador em Plenário.

– As trapalhadas do governo não se limitam hoje à questão do caixa dois, à corrupção dos Correios e de outras empresas, ao “mensalão” e às conexões e culpas remotas em relação aos “mensalinhos”. Agora, o país fica estarecido com mais essa trapalhada filosófica do governo, que prometeu a redução do Imposto de Renda e voltou atrás – disse Tourinho.

Eduardo Siqueira Campos cobra desenvolvimento mais rápido

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) questionou a razão pela qual o Brasil não consegue obter rápido crescimento econômico, já que o país tem grandes riquezas e os principais gargalos foram eliminados nos últimos anos.

– O que falta para os juros caírem? Não se pode mais dizer que é a inflação. Também não há crise externa – questionou.

O parlamentar lembrou que a Coreia do Sul, um país sem grandes recursos naturais, tem crescido rapidamente, salientando que um ponto fundamental

para esse crescimento é o investimento em educação. Com menos da metade da população do Brasil, os coreanos mantêm neste momento 42 mil pessoas fazendo cursos de doutorado e mestrado, enquanto o Brasil mal consegue sustentar 3 mil estudantes nesses cursos.

A Índia, com 1,06 bilhão de pessoas e 30% de analfabetos, conseguiu a proeza de se tornar o segundo maior exportador de programas de computadores, comparou o senador, atribuindo o avanço indiano também aos investimentos em educação.

Demostenes culpa corrupção por baixo crescimento nacional

Demostenes Torres (PFL-GO) comentou o artigo intitulado “Dez Mitos sobre o Governo e a Corrupção”, do economista do Banco Mundial Daniel Kaufmann, publicado na revista *Finanças e Desenvolvimento*, editada pelo Fundo



Demostenes Torres

eles o Brasil.

Kaufmann afirma, no artigo citado pelo senador, que na América Latina somente o Chile atingiu grau avançado de combate à corrupção.

– Para o cientista, a corrupção é aquilo que o Brasil sabe.

É cruelmente danosa com as pessoas de baixa renda, pois são sobretaxadas nos seus ganhos e no consumo, e não têm acesso aos serviços essenciais – afirmou Demostenes.

Cristovam vê Brasil ainda dependente

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) lamentou que a independência do Brasil ainda esteja incompleta, uma vez que o país depende dos credores internacionais, do fornecimento de energia do exterior, da importação do conhecimento científico e tecnológico e de um parque produtivo no qual as empresas, em sua maioria, são oriundas do exterior ou são de capital estrangeiro.

– Hoje temos 70 milhões de brasileiros vivendo na exclusão e na pobreza. É triste ver que, ao completar 183 anos, a independência continua incompleta – lamentou o senador.

Ao comentar a preocupação com as CPIs e a punição dos responsáveis pela corrupção, Cristovam disse que tão importante quanto isso é as lideranças nacionais “completarem o dever



RICARDO STUCKERT/PR

Pracinhas saúdam o presidente Lula no desfile de 7 de setembro: para Cristovam Buarque, independência ainda não se completou

de casa que não foi feito pelas gerações anteriores, levando adiante a construção do país”.

– Enquanto tivermos 15 milhões de adultos que não sabem ler, apenas um terço dos jovens ingressando no ensino médio

e as Forças Armadas incapazes de garantir a segurança de uma nação com uma das maiores dimensões territoriais do mundo, não há como ter uma independência completa – salientou o parlamentar.

Suplicy elogia CNBB e o Grito dos Excluídos

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu da tribuna trechos do manifesto do Grito dos Excluídos 2005 e da mensagem da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para o Dia da Pátria. O senador destacou, no primeiro, o esforço no sentido de “incluir em sua utopia não somente os seres humanos, mas também toda a natureza”, e, no segundo, a defesa pelos bispos da apuração de todas as denúncias de corrupção contra o Executivo e o Legislativo e a “restituição dos bens públicos subtraídos”.

Paim destaca luta contra a corrupção

Passados 183 anos da independência, o senador Paulo Paim (PT-RS) lembrou que, em paralelo ao desfile das tropas militares, os excluídos aproveitaram para demonstrar sua insatisfação com os panoramas político, econômico e social. Conforme observou, o Grito dos Excluídos, organizado pela Igreja Católica e por movimentos da sociedade civil, ganhou as ruas, unindo milhares de pessoas na defesa do combate à corrupção e da ampliação dos investimentos sociais.

Mão Santa lembra a dívida externa

Mão Santa (PMDB-PI) indagou, em discurso, se o poeta Olavo Bilac, caso vivesse nos dias de hoje, escreveria seu famoso poema *A Pátria*, em que diz: “Ama, com fé e orgulho, a terra em que nasceste!/Criança! não verás nenhum país como este!” O senador piauiense enumerou os problemas que o país tem enfrentado, lamentando que, 183 anos após a declaração da independência, comemorados na quarta-feira, o Brasil ainda seja dependente de seus credores.

Jucá comemora redução no déficit da Previdência

Ao avaliar sua gestão à frente do Ministério da Previdência Social, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) destacou os esforços para reduzir o déficit da instituição. Jucá assumiu a pasta no final de março deste ano e a deixou em julho, quando retornou ao Senado.

De acordo com o senador, havia uma previsão inicial de que o déficit atingiria R\$ 40 bilhões em 2005, mas um decreto presidencial e uma portaria interministerial definiram o limite para esse saldo negativo

em R\$ 32 bilhões.

– Quando saí do ministério, não só já tínhamos alcançado o objetivo de economizar os R\$ 8 bilhões, como havíamos obtido uma folga de R\$ 1,6 bilhão além dessa meta – declarou.

Romero Jucá ressaltou ainda os esforços para aprimorar o atendimento ao público, “o maior gargalo e a maior marca negativa da Previdência”. Sua gestão, lembrou, definiu um novo modelo de atendimento, pautado pela descentralização desse serviço.

Paulo Octávio critica aumento na taxa de embarque

Paulo Octávio (PFL-DF) protestou contra o aumento das tarifas aeroportuárias e defendeu a necessidade de popularizar o transporte aéreo e fortalecer o turismo, prejudicado pela alta das taxas de embarque.

– O aumento impacta o preço das passagens num momento em que apenas 7% dos brasileiros viajam de avião – assinalou o parlamentar, que no mesmo pronunciamento apresentou requerimento de voto de pesar pelo falecimento de Rosental Ramos da Silva, ex-cozinheiro de Juscelino Kubitschek.

■ **SETOR ELÉTRICO** - Edison Lobão (PFL-MA) estranhou o fato de Maurício Tomalsquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) - nova entidade pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia - ter apresentado um cenário sem crise e com perspectivas de crescimento no setor elétrico, contradizendo, em seu artigo no jornal *O Globo*, no último dia 23, os técnicos e especialistas que apontam um caos próximo na produção de energia hidrelétrica.

■ **EDUCAÇÃO** - Serys Shlessarenko (PT-MT) elogiou o promotor de Justiça de Cuiabá, Alexandre de Matos Guedes, que apresentou ao governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, notificação por descumprimento “sistemático e histórico” dos direitos dos maiores de 25 anos de acesso ao ensino fundamental público. Segundo o IBGE, 63,4% da população de Mato Grosso com idade igual ou superior a 25 anos não concluiu o ensino fundamental, a pior média do Centro-Oeste.

PLENÁRIO

Marco Maciel analisa relatório da ONU

O senador Marco Maciel (PFL-PE) analisou na quinta-feira o “Relatório sobre a Situação Social Mundial – O Problema da Desigualdade”, da Organização das Nações Unidas (ONU). O documento aponta para o crescimento da desigualdade social em todo o mundo. Maciel sugeriu que a manutenção da estabilidade econômica, o crescimento da economia e o aprimoramento da eficácia das instituições do Estado podem ajudar a diminuir a desigualdade.

– Creio não haver discrepâncias quanto à relevância da questão social. Podemos até discordar nas formas e alternativas possíveis para superá-la, mas ninguém ousaria negar que esse é o maior obstáculo à plenitude democrá-

tica que estamos conquistando – ponderou Maciel.

Para o senador, no Brasil há diversas formas de desigualdade. Ele destacou a desigualdade entre brancos, negros e indígenas, sublinhando que os padrões de renda e os indicadores sociais entre as várias raças são bastante diferentes. Citou ainda a desigualdade entre as regiões do país e entre homens e mulheres.

De acordo com Maciel, o relatório da ONU indica que, nos últimos 40 anos, a renda *per capita* nos 20 países mais ricos do mundo cresceu 180%, aumento que não passou de 26% nos 20

países mais pobres. Ainda segundo o documento, 80% da renda mundial estão concentrados em 17% da população.

O senador anunciou ainda a realização da 6ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Hong Kong, em novembro. Ela marcará o encerramento da Rodada Doha de Negociações Comerciais, que teve

início no Qatar, em 2001, durante a 4ª Conferência. Maciel afirmou que a expectativa da rodada é que surjam regras capazes de corrigir as grandes assimetrias entre as nações ricas e em desenvolvimento no comércio internacional.

Desigualdade é obstáculo à plenitude democrática, diz o senador

Ana Júlia: devastação diminuiu

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) comemorou na terça-feira, em Plenário, a redução do índice de desmatamento na Amazônia nos últimos 11 meses. De acordo com a senadora, dados divulgados recentemente pelas ministras do Meio Ambiente, Marina Silva, e da Casa Civil, Dilma Rousseff, indicam uma queda de 50% no desmatamento da região em relação aos anos de 2003 e 2004.

Ana Júlia informou que, entre julho de 2004 e agosto deste ano, a área devastada foi de 9 mil quilômetros quadrados, contra os 18 mil indicados no levantamento anterior. Ela elogiou o empenho do Ministério



FOTOS: JANE ARAUJO

Ana Júlia Carepa destaca que o Pará teve uma redução de 81% no desmatamento

do Meio Ambiente, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Polícia

Federal e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na redução.

A senadora informou que, no início do governo Lula, o Pará liderava o *ranking* da devastação na região. Agora, afirmou Ana Júlia, o estado é o campeão em redução, com 81% de diminuição do desmatamento. O Incra deve concluir, até o final do ano, em parceria com o Exército, o processo de regularização fundiária de 1,5 milhão de hectares de terras da União nos municípios de Anapu e Santarém, no Pará, a maior regularização de terras já realizada no país, conforme informou Ana Júlia.

Eduardo Azeredo quer mais atenção ao meio ambiente

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) pediu que a população brasileira preste mais atenção aos problemas ambientais enfrentados pelo país e pelo mundo. Para ele, a situação ambiental no mundo é grave e merece o comprometimento dos governos federal, municipais e estaduais, assim como de todos os brasileiros. Na avaliação de Azeredo, o recente furacão que atingiu os Estados Unidos e o maremoto na Ásia em dezembro passado são um alerta para a crescente “deterioração ambiental” enfrentada pelo planeta.

O parlamentar lembrou que quando era governador de Minas Gerais criou a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentado e instituiu o ICMS Ecológico.

Heloísa pede ação contra a publicidade de bebidas

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) fez um apelo ao governo federal para que tenha a “coragem política” de impedir a publicidade de bebidas alcoólicas nos meios de comunicação. Ela lembrou que é cada vez maior o número de crianças e jovens que começam a consumir bebidas desde cedo.

– Não podemos deixar que a nossa infância e a nossa juventude continuem a ser seduzidas por uma publicidade que vincula o uso de bebidas alcoólicas ao sucesso nos esportes ou na vida amorosa – sustentou Heloísa.

A senadora classificou o álcool como uma “droga psicotrópica irresponsavelmente aceita pela sociedade”, muito mais prejudicial, em sua opinião, do que o fumo.

HABILITAÇÃO – Rodolpho Tourinho (PFL-BA) pediu o fim da exigência de cursos de direção defensiva e primeiros socorros na renovação da carteira de habilitação. A proposta consta de projeto de lei de sua autoria (PLS 276/05) que livra dessa obrigação o motorista que nunca tenha sofrido suspensão do direito de dirigir ou cassação da carteira, nem esteja com exames físico e mental vencidos há mais de cinco anos.

HOMENAGEM – Na terça-feira, o Senado homenageou o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, que acaba de completar três décadas de serviços prestados à Casa. Carreiro foi elogiado pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), que o chamou de “Cirineu”, em comparação a Simão Cirineu, que, segundo a Bíblia, ajudou Jesus Cristo a carregar a cruz. Mão Santa disse que se referia ao tamanho e peso das responsabilidades de Carreiro.

CORREIO BRAZILIENSE – Após ter participado, na segunda-feira, de uma cerimônia de desfaldamento da Bandeira Nacional promovida pelo *Correio Braziliense*, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) homenageou o jornal com um discurso em Plenário. Ele elogiou a iniciativa do periódico, em razão da Semana da Pátria, e afirmou que o jornal “tem uma história que se funde com a história de Brasília”.

Tião Viana destaca obra da Rodovia Interoceânica

O senador Tião Viana (PT-AC) informou que o presidente Lula esteve, na última quinta-feira, na cidade de Porto Maldonado, Peru, localizada a 250 km da fronteira com o Acre, para assinar a ordem de serviço do asfaltamento da Rodovia Interoceânica, que interligará os oceanos Atlântico e Pacífico. A ordem de serviço significa o fim do processo licitatório e a possibilidade de início imediato das obras, destacou o parlamentar.

Tião Viana informou a partida de uma grande caravana de empresários, comerciantes e agentes públicos do Acre, comandados pelo governador Jorge Viana, para prestigiar a assinatura do documento. As-

sinhou que a rodovia vai possibilitar uma maior integração sul-americana.

Segundo o senador, com a conclusão da obra, cerca de 33 milhões de peruanos e bolivianos poderão se voltar para a Amazônia brasileira, num processo de integração cultural, sociopolítica e de relações internacionais. Observou que a América andina hoje está voltada para a Ásia nas suas relações comerciais, quando poderia se direcionar para a Amazônia.

– Temos hoje uma relação comercial de US\$ 8 milhões, envolvendo Acre, Peru e Bolívia. Com a rodovia, pode-se pensar em transações que superem os US\$ 500 milhões – afirmou.

Alvaro Dias critica “comentário ofensivo” do presidente do Peru

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) repudiou, em discurso no Plenário na sexta-feira, as palavras do presidente do Peru, Alejandro Toledo, que, ao tentar encorajar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, teriam, em sua opinião, ofendido o povo brasileiro. Na quinta-feira, durante a cerimônia de lançamento do início das obras da Rodovia Interoceânica, que vai ligar o Brasil ao oceano Pacífico através do Peru, Toledo teria dito

a Lula, segundo noticiaram os jornais: “Ladram, Sancho, porque estradas estamos fazendo” – em referência ao escudeiro do personagem Dom Quixote, do escritor Miguel de Cervantes.

– Queremos devolver a ofensa: o povo brasileiro merece respeito e não aceita essa aleivosia, essa agressão que nos afronta. O presidente do Peru não tinha por que atingir nossa soberania com um discurso medíocre – criticou o senador.

DESARMAMENTO



Presidente Renan Calheiros (E), ao lado de Edson Vidigal, presidente do STJ, participa de seminário sobre impunidade

Começa campanha sobre proibição de venda de armas no rádio e na TV

A campanha educativa do referendo sobre a proibição da venda de armas e munição no país, feita pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), começou na quinta-feira passada. Até 23

de outubro, quando o referendo será realizado, as rádios e emissoras de TV terão 15 minutos diários de programação para divulgar comunicados, boletins e informações sobre a votação.

Frente pelo direito à legítima defesa

No *site* da Frente Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa – www.votonao.com.br –, lêem-se as seguintes frases: “Desarmamento. Seria bom se fosse verdade. Proibir a venda legal de armas não vai desarmar os bandidos”. – Queremos mostrar que os crimes com armas de fogo são cometidos por bandidos – disse o deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), da comissão executiva da frente.

Renan pede Justiça ágil e equitativa

Em palestra no seminário internacional “Propostas para um Novo Modelo de Persecução Criminal – Combate à Impunidade”, na segunda-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que somente uma Justiça mais ágil e mais equitativa produzirá um país em que não apenas pobres permaneçam presos e em que se respeite a propriedade pública.

Voz do Leitor

AGRICULTURA

“Sugiro que os senadores discutam o preço mínimo de venda para o milho e o feijão no Nordeste, pois grande parte de sua produção é feita por pequenos produtores que passam por diversas dificuldades, como a escassez de chuvas.”

Daniel Belém Falcão, de Ipeiras (CE)

DESARMAMENTO

“Sou a favor do desarmamento, mas não como está sendo proposto. Concordo com ele, desde que todas as pessoas, independentemente de função ou profissão, sejam desarmadas. A polícia precisa ser a primeira a se desarmar.”

Miguel Pereira Gonçalo, de Coreau (CE)

ANATEL

“É uma vergonha, em plena crise política, o atendimento do *call center* da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ter ficado suspenso por mais de 10 dias. Quando suspendeu o atendimento, a Anatel alegou falta de recursos. Mas o serviço é muito importante. Somos cerca de 140 milhões de usuários de telefonia fixa e móvel e, por ano, são cerca

de 600 mil reclamações”.

Fernando Rodrigues Papa, de Itapevi (SP)

ISENÇÃO DE IRPF

“Sugiro um projeto de lei propondo a isenção do Imposto de Renda para os idosos que ganham menos de dez salários mínimos.”

Raimundo Lima Ferreira, de Simões Filho (BA)

LEITURA

“Sugiro a apresentação de um projeto de lei para que as editoras que vierem a distribuir livros de autores brasileiros a pessoas carentes recebam isenção de impostos como contrapartida.”

Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)

LOAS

“Senador Pedro Simon, o benefício de prestação continuada da Lei Orgânica da Assistência Social prevê um salário mínimo para as famílias de idosos ou portadores de deficiência com renda mensal *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo. Sugiro mudança na lei para beneficiar mais famílias.”

Rodrigo Rubnich, de Carazinho (RS)

CORAL

O coral Canarinhos de São Francisco de Assis, de Bom Jardim (PE), comunica que fará uma apresentação no dia 9 de outubro, às 14h, em frente à Igreja Matriz de Santana, em comemoração dos 247 anos daquela paróquia. O coral, composto por 50 crianças de cinco a 12 anos, é acompanhado por um grupo de flautas. Desde a sua fundação, em 2000, o coral do Educandário São Francisco de Assis se apresenta em escolas, igrejas, abrigos e hospitais de Bom Jardim e municípios vizinhos, nos quais promovem o evento *A Esperança tem Voz*, no qual há também distribuição de cestas básicas e de prêmios. Mais informações pelos telefones (81) 3638-1625 e 3638-2613.

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

RETENÇÃO DA CARTEIRA DE TRABALHO

Fábio Uelisi Martins, de Corumbiara (RO)

“Senador Valdir Raupp, o que devo fazer para ter de volta minha carteira profissional de trabalho que está presa no Departamento de Recursos Humanos de uma empresa em que trabalhei por seis meses? A empresa se recusa a devolvê-la e, por isso, estou desempregado desde então.”

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) responde:

Caro Fábio Martins, essa empresa que está prendendo sua carteira de trabalho age de forma completamente errada e ilegal. Nenhum trabalhador pode ter seu documento de trabalho retido sob qualquer argumento. Você deve procurar, imediatamente, a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) de sua cidade, ou da mais próxima, e registrar a denúncia. De acordo com sua reclamação, cabe, inclusive, um processo por perdas e danos contra a empresa que detém sua carteira porque, além de estar perdendo oportunidades de trabalho, você já deve ter tido prejuízos, como a retirada, por três meses, do seguro-desemprego a que teria direito por ter trabalhado esses seis meses. Caso você não consiga resolver o problema na delegacia do trabalho, procure o Ministério Público de sua cidade, ou ainda a Ouvidoria do Ministério do Trabalho, em Brasília, esta última pelo telefone (61) 3317-8257, ou pelo e-mail *ouvidoria@mte.gov.br*. Você também pode buscar mais esclarecimentos na Central de Relacionamento do Ministério do Trabalho, ligando gratuitamente para 0800 610101.



REFORMA TRABALHISTA

Maico Bernhard, de São Pedro do Sul (RS)

“Senador Paulo Paim, gostaria de saber se, com a anunciada reforma da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), haverá simplificação dos tributos sobre contribuição para a Previdência e outros encargos sociais que recaem sobre o trabalhador com carteira assinada.”

O senador Paulo Paim (PT-RS) responde:

Não, caro Maico. A reforma da CLT – de acordo com o projeto apresentado ainda pelo governo anterior e que derrubamos – simplesmente retirava direitos dos trabalhadores como, por exemplo, o décimo terceiro, as férias, a licença à gestante, a licença-maternidade e o aviso prévio proporcional, sob a alegação de que muitos empregadores não contratam trabalhadores porque estes teriam muitos direitos. É isso que me preocupa. Acredito que a busca de uma solução para o problema do Brasil hoje, no que diz respeito à geração de empregos e distribuição de renda, não pode partir da premissa de que a reforma da CLT, retirando direitos dos trabalhadores, vai avançar nesses sentidos. É bom lembrar que em todos os países que fizeram isso, o resultado final foi mais desemprego e maior concentração de renda. Por isso, sou contra a reforma trabalhista e sindical da forma como está sendo encaminhada. Meu projeto para os trabalhadores é o de reduzir a jornada de trabalho das atuais 44 horas semanais para 36, sem redução de salários (PLS 254/05). A proposta cria o Pacto Empresarial para o Pleno Emprego e determina que os empregados devem comprometer-se a manter o atual nível de produtividade.



Frases

“Sou um apaixonado pelo povo brasileiro, mas reconheço: Ô elitezinha vagabunda que tem o Brasil! Ô elitezinha! E é geral. Vamos dizer: nós, políticos, somos uma elitezinha vagabunda!”

Pedro Simon, que, referindo-se ao Dia da Independência, pediu aos brasileiros que lutem por um futuro melhor para o país.

“Um presidente com 8% de aprovação em seu país não pode se atrever a se intrometer e agredir da forma mais chula possível o povo brasileiro”

Alvaro Dias, sobre o presidente do Peru, Alejandro Toledo, que, ao lançar a Rodovia Interoceânica, encorajou o presidente Lula citando o personagem Dom Quixote, de Cervantes: “Ladram, Sancho, porque estradas estamos fazendo”.

“Ama, com fé e orgulho, a terra em que nasceste! Criança! Não verás nenhum país como este!”

Mão Santa, que indagou se o poeta Olavo Bilac, caso vivesse nos dias de hoje, escreveria seu famoso poema *A Pátria*.

“Há uma enorme diferença entre JK e um presidente que não consegue encontrar o seu caminho”

João Batista Motta, para quem o presidente Lula errou ao se comparar a Juscelino Kubitschek.

“A corrupção é cruelmente danosa com as pessoas de baixa renda, pois são sobretaxadas nos seus ganhos e no consumo, e não têm acesso aos serviços essenciais”

Demostenes Torres, citando o economista do Banco Mundial, Daniel Kaufmann, para advertir que a corrupção é o principal motivo do baixo crescimento econômico dos países do Terceiro Mundo.

“Não deixe que o medo abafe a esperança de justa condenação dos culpados”

Paulo Octávio, que leu no Plenário documento assinado por 600 estudantes, que cobram rigor na apuração das denúncias de corrupção envolvendo o PT.

“Somos o principal partido da base do governo, mas não somos o governo”

Paulo Paim, para quem o PT e o governo erraram ao não separar suas atuações.

Foto da Semana

A Esquadrilha da Fumaça faz evoluções no céu de Brasília durante o desfile em comemoração da Independência do Brasil, em 7 de setembro. No início do desfile na Esplanada dos Ministérios, dois dos aviões passaram jogando no ar fumaça verde e amarela. Cerca de 30 mil pessoas prestigiaram a celebração. Mais de 6 mil civis e militares desfilaram, escoltados por centenas de veículos como tanques e motocicletas



MARCELLO CASAL JR/ABR

TV discute mídia, poder e sociedade

A TV Senado apresenta o documentário inédito *Mídia, Poder e Sociedade*, sobre as novas articulações entre imprensa, política e sociedade.

O especial conta com depoimentos de jornalistas como Mino Carta, Renata Lo Prete, Alberto Dines, Ziraldo, Franklin Martins, Sidney Basile e Cremilda Medina, que falam sobre a influência da imprensa e o modo como as notícias são construídas e hierarquizadas. O programa estreia na sexta, às 22h30, com reprises no sábado, às 16h e 21h30, e no domingo, às 14h30 e 22h.

Já a Rádio Senado tem como destaque o *Prosa e Verso*, no sábado, às 9h, que aborda as memórias de infância que se

tornaram tema nas obras de músicos e poetas. A infância está presente nos poemas do mineiro Carlos Drummond de Andrade, de Manuel Bandeira, além de Casimiro de Abreu, famoso pelo poema *Meus Oito Anos*, que se refere à infância idealizada e de impossível retorno.

Vida e obra de José Barbosa da Silva, o Sinhô

Também no sábado, às 16h, o *Música do Brasil* apresenta José Barbosa da Silva, o Sinhô, que nasceu no Rio de Janeiro, na Rua do Riachuelo, na Lapa, em 8 de setembro de 1888. Criado ouvindo valsas, polcas e quadrilhas, Sinhô iniciou sua vida profissional como pianista nas gafeiras

do Rio, do começo do século 20.

No domingo, às 9h, o *Autores e Livros* entrevista a poetisa, publicitária e letrista da MPB Alice Ruiz, natural de Curitiba e autora, entre outros, de *Pêlos Pêlos*, de 1984, *Desorientais*, de 1996, e *Yuuka*, de 2004. Além dos livros, Alice Ruiz tem um repertório com mais de 50 músicas, gravadas por Zeca Baleiro, Chico César e Itamar Assunção. Em junho, ela lançou seu primeiro CD, *Paralelas*, com participação de músicos como



ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

A infância na obra de poetas como Manuel Bandeira no sábado, na Rádio Senado

Zélia Duncan e Arnaldo Antunes. Para informações sobre a programação da Rádio Senado, acesse www.senado.gov.br/radio.

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões

RESENHA

A história do Ceará antes de sua independência

ALEXANDRE GUIMARÃES

O doutor Guilherme Studart ficou conhecido não apenas por ser um dos médicos mais importantes do Ceará, mas também por transformar um hobby num virtuoso estudo. Filho de pai inglês e mãe cearense, desde a juventude se dedicou a pesquisar e juntar documentos históricos e geográficos, principalmente de sua província natal. *Notas para a História do Ceará — Segunda Metade do Século XVIII* é resultado, assim como outros mais de 150 trabalhos, das pesquisas de Guilherme Studart. A obra, de grande preciosismo histórico, antes de ser editada em 1892 teve vários de seus capítulos publicados na

Revista Trimensal do Instituto do Ceará.

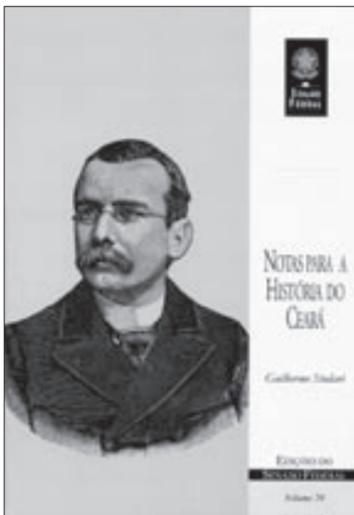
O livro cobre o período que vai desde o início das explorações das primeiras minas de ouro no Cariri à “independência” do Ceará Grande do comando da capitania vizinha, Pernambuco, em 17 de janeiro de 1799.

Com dados detalhados, sempre que possível enriquecidos com textos de documentos, em especial decretos reais e correspondências, *Notas para a História do Ceará* descreve fatos infelizmente ainda recorrentes na história brasileira, tais como a cobrança de propinas e o sofrimento da população sertaneja durante as várias epidemias e nos longos períodos de seca.

Destacam-se os documentos que tratam da grande seca de 1777 a 1779.

Notas para a História do Ceará deve ser lido com atenção, pois a obra pode vir a revelar muito da origem das diferenças sociais e das misérias enfrentadas atualmente.

Pesquisas do médico Guilherme Studart deram origem à obra sobre o Ceará



Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. *Notas para a História do Ceará — Segunda Metade do Século XVIII* é o volume 29 das *Edições do Senado Federal*. Informações pelo e-mail senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Capes dá destaque à publicação do Senado

A *Revista de Informação Legislativa* foi classificada com a menção “A”, em nível nacional, pelo Qualis, o sistema de avaliação de periódicos organizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação. Editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado, a RIL, como é conhecida, recebeu a classificação na área de Direito.

O diretor da subsecretaria, Raimundo Neto, informou que a revista circula trimestralmente desde 1964, publicando trabalhos elaborados pela própria subsecretaria e artigos de colaboradores. A publicação aborda temas jurídicos em debate no Congresso, assim como assuntos de cunho histórico relacionados ao Poder Legislativo.

— A menção “A” para nós significa um grande reconhecimento na qualidade e na inserção da publicação — disse Raimundo.



JOSÉ CRUZ

Publicada pelo Senado, a *Revista de Informação Legislativa* foi classificada pelo Qualis com o critério A na área de Direito

O Qualis disponibiliza uma base de dados atualizada no site da Capes, fonte de informação para diversas áreas do conhecimento. A classificação das publicações pelo programa resulta da avaliação de revistas ou anais utilizados pelos programas de pós-graduação para divulgar a produção intelectual

de seus professores e alunos. É considerado o padrão de excelência acadêmica, além de observados indicadores como o corpo editorial, a indexação em bases de dados, a circulação, a colaboração de autores de renome e o projeto gráfico.

Acesse a RIL no site www.capes.gov.br, link “periódicos”.

Senado assina convênio com Rádio Comunitária

O Senado assinou convênio com a Rádio Comunitária Lago Sul, em Brasília, vinculada à Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, para retransmitir a programação da Rádio Senado. O diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, afirmou que o objetivo é divulgar as atividades da instituição para toda a população.

Sinal aberto da TV Senado chega a Salvador até março

Uma parceria com o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (Irdeb), órgão do governo estadual, permitirá que Salvador seja a primeira capital de um estado brasileiro a dispor do sinal aberto da TV Senado. A expectativa é que o sinal esteja disponível, por meio do canal UHF 53, até março do próximo ano.

Livros de Savonitti lideram vendas na Bienal da Bahia

Durante a VII Bienal do Livro da Bahia, dois livros do professor Henrique Savonitti lançados no estande do Senado — *Curso de Direito Constitucional* e *Curso de Direito Administrativo* — chegaram a superar em vendas a Constituição. Em quarto lugar ficou *Licitações e Contratos Administrativos*, do mesmo autor.

Conheça o Senado



O senador Pedro Simon (E), ao lado do presidente da CRA, Sérgio Guerra (C), foi um dos maiores defensores da criação da comissão no Senado

Anos de empenho para criar a CRA

Instalada em março deste ano, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado foi resultado de mais de 14 anos de briga pela sua criação, encabeçada principalmente pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). Segundo ele, a comissão passou a tratar de assuntos que antes eram discutidos no “terceiro porão da Comissão de Assuntos Econômicos”.

O projeto de resolução que resultou na criação da nova comissão permanente tramitou por seis anos na Casa. Na Câmara, a Comissão de Agricultura foi uma das primeiras a ser criada, ainda no Império, em 1823.

A CRA, composta por 17 titulares e igual número de suplentes, é presidida pelo senador Sérgio Guerra (PSDB-PE).

Responsável por áreas de extrema importância econômica para o país, compete à

comissão opinar sobre proposições relativas a Direito Agrário; planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola e fundiária; agricultura, pecuária e abastecimento; silvicultura, aquíicultura e pesca; comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal; irrigação e drenagem; uso e conservação do solo na agricultura e utilização e conservação, na agricultura, dos recursos hídricos e genéticos.

O colegiado também analisa questões referentes à política de investimentos e financiamentos agropecuários, seguro rural e endividamento rural, e à tributação da atividade rural, além de outros temas relacionados à área econômica da agricultura e da pecuária no país e no mundo.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papatéo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Suely Bastos
Reportagem: Cintia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Paula Pimenta e Sylvio Guedes
Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da

Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sérgio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

www.senado.gov.br

E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Uso racional da água, essencial para o futuro

O uso racional e responsável da água é fundamental para o futuro da humanidade, já que o crescimento demográfico, a mudança na intensidade de consumo e o desenvolvimento das atividades humanas implicam maior pressão sobre os mananciais existentes. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), no século 20, o uso da água cresceu duas vezes mais rapidamente do que a população.

A água torna-se cada vez mais

escassa, até mesmo no Brasil, que detém de 12% a 16% do total de água doce do planeta. Isso porque a questão muitas vezes não se resume à existência, mas às condições de acesso à água. O Nordeste, com 29% da população, conta com apenas 3% dos recursos hídricos do país, enquanto o Norte, com 7% dos habitantes, tem 68%. Até na Amazônia, pela precária infra-estrutura, há pessoas não atendidas pela rede de distribuição.

As condições de saneamento

básico também continuam muito precárias. Mais da metade do esgoto produzido no país não recebe tratamento e é despejado diretamente nos rios, mares, lagos e mananciais. Além disso, o desperdício de água tratada é muito grande. Só na distribuição, as perdas podem chegar a 65% do que é captado nos mananciais. A média de consumo do brasileiro é de 150 litros por dia, quase o dobro do que a Organização Mundial da Saúde considera suficiente para uma pessoa.

Sugestões para evitar o desperdício

No banho

- ▶ Não tome banhos demorados e feche a torneira enquanto se ensaboa. A cada minuto, mais de 20 litros de água vão embora pelo ralo.
- ▶ Coloque um balde embaixo do chuveiro para armazenar a água enquanto ela não esquenta. Essa água pode ser utilizada para outras atividades, como colocar a roupa de molho.
- ▶ Caso seja viável, instale redutores de vazão. Eles diminuem a quantidade de água liberada pelo chuveiro.

Na pia do banheiro

- ▶ Não escove os dentes ou faça a barba com a torneira aberta.
- ▶ Instale aerador ou arejador (dispositivos que liberam ar ao mesmo tempo em que a água) nas torneiras do banheiro e da cozinha. Se possível, prefira o arejador de vazão constante (que faz com que a água saia da torneira em um fluxo contínuo).

Na cozinha

- ▶ Ao lavar a louça, use uma bacia ou a própria cuba da pia para deixar os pratos e talheres de molho por alguns minutos antes da lavagem. Isso ajuda a soltar a sujeira. E não deixe a torneira aberta enquanto os ensaboa. Você estará economizando 100 litros de água.
- ▶ Gotejando, uma torneira chega a um desperdício de 46 litros por dia. Sempre verifique se a torneira está bem fechada e se não há vazamentos. Se puder, use também o redutor de vazão e torneiras com aeradores.
- ▶ Se usar a máquina de lavar louça, ligue-a somente quando estiver com toda a sua capacidade preenchida.

Bacia sanitária

- ▶ Não use a privada como lixeira e nunca acione a descarga à-toa.
- ▶ Mantenha a válvula sempre regulada e conserte os vazamentos assim que eles forem notados.
- ▶ Quando construir ou reformar,

dê preferência às caixas de descarga no lugar das válvulas. Uma bacia sanitária acoplada com caixa d'água libera apenas seis litros de água por descarga, reduzindo o consumo em 50%.

Na lavanderia ou área de serviço

- ▶ Deixe as roupas de molho por algum tempo antes de lavar.
- ▶ Use a máquina de lavar roupas com a carga máxima e evite o excesso de sabão, que aumenta o número de enxágües.

No quintal, jardim e vasos

- ▶ Não regue as plantas nas horas quentes do dia. Muita água evapora antes mesmo de atingir as raízes. E molhe a base, não as folhas.
- ▶ Aproveite a água da chuva quando puder. Você pode armazená-la em recipientes colocados na saída das calhas e depois usá-la para regar as plantas.
- ▶ Para lavar a calçada e o pátio, não use mangueira. Use vassoura e balde, reutilizando a água de molho das roupas.
- ▶ Na construção ou reforma, mantenha jardins ou áreas vazadas para que o solo possa absorver água da chuva. Você estará contribuindo para a reposição de água do lençol freático.
- ▶ Lavando o carro, use balde em vez de mangueira.



Com a mangueira, gasta-se mais de 500 litros de água para lavar um carro. Com balde, o gasto é de 40 litros



EDNILSON AGUIAR/SECOM/MT

Consumo de água cresce duas vezes mais rápido do que a população mundial no século 20: uso racional é questão de sobrevivência

Conta deve fornecer informações sobre qualidade e cuidados

Desde junho deste ano, as companhias de distribuição de água têm que incluir na conta as formas e locais para o consumidor conseguir informações sobre a qualidade da água e cuidados em situações de risco à saúde.

A partir de 1º de outubro, as empresas deverão enviar a todos os domicílios o primeiro relatório anual da qualidade da água que fornecem, inclusive com características dos mananciais de onde ela é captada. E, a partir de mar-

ço de 2006, constarão da conta também a análise das características da água, os principais atributos e os produtos químicos usados no tratamento.

Tudo isso de acordo com o Decreto 5.440/05, que ainda especifica as obrigações das empresas de saneamento e dos responsáveis pelas soluções alternativas de abastecimento de água (como caminhões-pipa) de informar periodicamente sobre a qualidade do produto.

Projetos defendem conscientização

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) apresentou projeto que obriga a veiculação, em produtos e equipamentos de limpeza, de advertências sobre a escassez de água (PLS 176/05).

Outra proposta (PL 5.183/05), da deputada federal Laura Carneiro (PFL-RJ), obriga as concessionárias dos serviços de distribuição de água e de energia elétrica a incluírem nas faturas mensagens sobre consumo racional.

Do Executivo é o projeto (PL 5.296/05) que institui as diretri-

zes para os serviços públicos de saneamento e a Política Nacional de Saneamento Básico. A proposta regulamenta os investimentos no setor, estabelece regras para as empresas de saneamento que quiserem receber verbas federais e define como deverão ser fixados os reajustes de tarifas. Os contratos feitos a partir da nova lei terão que fixar metas de ampliação do sistema. O projeto tramita em regime de urgência e está sendo analisado por comissão especial na Câmara dos Deputados.

Informações

Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água do Ministério das Cidades
Tel.: (61) 3315-1965
www.cidades.gov.br/pncda/

Agência Nacional de Águas (ANA)
Tel.: (61) 2109-5400
www.ana.gov.br

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)
Linha Verde: 0800 61-8080
www.ibama.gov.br

Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)
Tel.: (61) 3317-1289
www.cnrh-srh.gov.br

Programa de Uso Racional da Água da Universidade de São Paulo - Projeto Pura/USP
Tel.: (11) 3091-4721
www.pura.poli.usp.br

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)
Tel.: (11) 3874-2152
www.idec.org.br

Organização não-governamental Água e Cidade
Tel.: (41) 324-3426
www.aguaecidade.org.br

Amigo da Água - Universidade Azul
www.amigodaagua.com.br

Projeto Brasil das Águas
www.brasildasaguas.com.br

Verifique vazamentos nos canos e nas torneiras

Pelo hidrômetro - Deixe os registros abertos, feche bem todas as torneiras e não utilize os sanitários. Anote o número que aparece ou marque a posição do ponteiro maior do seu relógio de água (o hidrômetro). Depois de uma hora, verifique se o número

mudou ou o ponteiro se movimentou. Se isso ocorreu, há algum vazamento em sua casa. Verifique se existem canos furados ou vazamentos em torneiras ou sanitários.

Na torneira - O vazamento na torneira da cozinha ou do banheiro é verificado se

ela fica pingando quando fechada.

No sanitário - Jogue cinzas no fundo da privada. Se elas se depositarem é porque não há vazamentos. Se houver movimentação, há defeito na válvula ou na caixa de descarga.